



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

NATÁLIA AFONSO CORRÊA DA SILVA

**A reforma urbana de Pereira Passos e as
transformações espaciais na cidade do Rio de Janeiro
(1890-1910)**

Campinas
2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

NATÁLIA AFONSO CORRÊA DA SILVA

**A reforma urbana de Pereira Passos e as
transformações espaciais na cidade do Rio de Janeiro
(1890-1910)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Comissão de Graduação do Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob
orientação da Prof.^a Dr.^a. Milena Fernandes de Oliveira.

Campinas
2018

Sumário

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 – REFORMAS URBANAS PEREIRA PASSOS	12
1.1. RUAS E CALÇAMENTOS.....	17
1.2. SAÚDE PÚBLICA.....	21
1.3. MOBILIDADE URBANA.....	25
1.4. NOVOS HÁBITOS.....	26
1.5. CRISE HABITACIONAL.....	29
CAPÍTULO 2 – FAVELA E EXCLUSÃO SOCIAL	33
CONCLUSÃO.....	42
ANEXOS.....	44
FONTES.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

A reforma urbana de Pereira Passos e as transformações espaciais na cidade do Rio de Janeiro (1890-1910)

Aluna: Natália Afonso Corrêa da Silva

Orientadora: Milena Fernandes de Oliveira

RESUMO

Por meio do presente trabalho, buscou-se mostrar a vida social e econômica do Rio de Janeiro no fim do século XIX e início do século XX, e como as transformações sofridas com as reformas urbanas do período – mais propriamente as Reformas do Prefeito Pereira Passos – influenciaram a formação de um novo espaço urbano e um processo de exclusão social. Primeiramente serão colocados aspectos mais gerais da urbanização, ao expor a especificidade do Brasil e os processos de migração, estes que irão contribuir para a crise habitacional, já existente nas grandes cidades devido às condições do subdesenvolvimento. Será importante relacionar os antecedentes às reformas, tratar das características do “antigo” Rio de Janeiro e a vida das classes populares nas habitações coletivas e de que maneira que isso impactava o cenário do centro da cidade. Além disso, cabe analisar como as reformas realizadas pelo Presidente Rodrigues Alves e pelo Prefeito Pereira Passos na cidade acabaram por promover grandes mudanças no espaço urbano. Uma dessas mudanças e aspecto central deste trabalho é a formação das favelas, intensificada pela remoção dos cortiços após o processo de modernização do centro da cidade e a transferência dessa população desassistida para o alto dos morros. Buscar-se-á, por fim, expor a contradição dessas reformas, contrapondo a modernização à exclusão de parte da população das atividades urbanas.

Palavras-chave: Cortiços; Reformas urbanas; Pereira Passos; Rio de Janeiro; Favelas.

ABSTRACT

Through this work, we sought to show the social and economic life of Rio de Janeiro in the late nineteenth and early twentieth century, and how the transformations that occurred in the urban reforms of the period - more properly the reforms of the Mayor Pereira Passos - influenced the formation of a new urban space and a process of social exclusion. Firstly, more general aspects of urbanization will be added, by exposing the specificity of Brazil and the migration processes that will increase the housing crisis in the big cities, that already existed due to the conditions of underdevelopment. It will be important to relate the antecedents to the reforms, talk about the characteristics of the "old" Rio de Janeiro and the life of the popular classes in the collective housing and which way this impacted the downtown scene. And as the reforms carried out by President Rodrigues Alves and Mayor Pereira Passos in the city eventually led to major changes in urban space. One of these changes and central aspect of this work will be the formation of favelas, intensified by the removal of slums during the process of modernization of the city center and the transfer of this unassisted population to the top of the hills. It will be sought, finally, to expose the contradiction of these reforms, opposing modernization to the exclusion of part of the population from urban activities.

Keywords: Tenement; Urban reforms, Pereira Passos; Rio de Janeiro; slums.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho descreve as reformas urbanas realizadas pelo Prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro, que governou entre 1902 e 1906, e quais foram os impactos econômicos e sociais dessas reformas. Elas se dão no contexto das medidas higienistas e modernizadoras, predominantes no governo do presidente Rodrigues Alves durante o mesmo período da administração Passos.

O estudo terá por apoio a teoria do desenvolvimento econômico, para ajudar a compreender o processo de urbanização, levando a em consideração a situação periférica da América Latina no Capitalismo Mundial, e o Brasil ocupando a posição de exportador de produtos primários no mercado mundial. A urbanização nesses países é um processo específico de uma industrialização ou capitalismo específicos, este último que traz consigo seu passado colonial (OLIVEIRA, M. 2014). No entanto, essa urbanização, que ocorreu de maneira acelerada e desordenada, ao invés de ter corrigido as desigualdades sociais e regionais, ela só as acentuou. Como trata Oliveira M. (2014, p. 171) sobre as décadas de 1960 e 1970, “o processo de urbanização também era criador de centros e periferias, urbanos e regionais”. É importante notar esse movimento urbano também como um movimento excludente, pois, como será mostrado ao longo desse trabalho, o desordenado crescimento populacional nas áreas urbanas fez com que uma parte da população não pudesse residir próximo ao centro, criando espaços afastados das atividades urbanas. O se deu no Brasil – que analisaremos mais de perto como ocorreu no Rio de Janeiro – e que é comum a seus países vizinhos, é que “a modernização se faz, na América Latina, sem o direito à modernidade; e a urbanização, sem direito à cidade”, colocou Oliveira M. (2014, p. 181) ainda sobre as décadas de 1960-70. Mas já em 1880-1900, a urbanização acelerada, portanto, aumentou a concentração de renda e trouxe novos padrões de consumo, a maioria deles importados da Europa, que se incorporaram aos hábitos e aos desejos da população – como pode ser visto pela construção do Teatro Municipal, os boulevares e os cafés. Aumentou também a concentração populacional nas grandes cidades devido a migrações internas, tanto pelo êxodo rural em busca de melhores condições de vida, quanto pelo fim da escravidão, em que os escravos não foram inseridos na sociedade por meio de políticas públicas e permaneceram marginalizados; e externas – com a vinda dos imigrantes, principalmente portugueses e italianos. Os portugueses se direcionaram ao Brasil buscando fugir da miséria da Europa e acumular certa poupança, aproveitando-se da demanda crescente por trabalho no Rio de Janeiro devido ao seu projeto de modernização (OLIVEIRA, C. 2009). No entanto, ao mesmo

tempo que cada vez mais pessoas chegavam aos centros urbanos, não foi possível à cidade absorver toda essa população, mas isso não impedia que aumentasse cada vez mais a concentração demográfica em cidades com Rio de Janeiro e São Paulo.

As sociedades só passaram a ser majoritariamente urbanas a partir de 1850 – no Brasil a população urbana só ultrapassou a rural em 1963. E esse movimento de crescimento demográfico na área urbana, com foco nas grandes cidades se deu origem principalmente com o início de atividades rentistas e comerciais dadas pelo desaceleramento da economia cafeeira com o fim do modo de produção escravista. Para entender melhor o modo de produção escravista – que deixa de ser colonial com a independência mas permanece com as mesmas características – deve ser esclarecido como funcionava sua sociedade e sua dinâmica de acumulação. Singer (1973) fala dessa necessidade de uma acumulação prévia para a criação das cidades, que vem da transferência de excedentes do campo para a cidade. O café se tornou o único produto brasileiro competitivo no mercado europeu e foi responsável por dinamizar as exportações, e promover a acumulação. Na sociedade brasileira nos séculos XVIII e XIX – o que se manteve no século XX – essa acumulação foi proporcionada pelo alto nível de concentração de renda, em que a elite cafeeira é quem tinha o controle da economia e era responsável pela acumulação e reprodução do capital mercantil. Essa concentração se dava inclusive por regiões, já que São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais juntos, eram responsáveis por 95% da produção cafeeira entre 1850 e 1930. No Rio de Janeiro, havia terras suficientes para o cultivo do café – próximas ao Vale do Paraíba – e a mão de obra era majoritariamente escrava antes de 1888. O aumento da produção cafeeira fez baixar o preço do café no mercado internacional, o que aumentou demasiado seus consumidores, aumentando a venda de 1,5 milhão de sacas de café em 1840 para 2,6 milhões em 1882. Quando se encerrou o tráfico negreiro entre 1850 e 1856, no entanto, os preços dos escravos, base da mão de obra cafeeira, aumentaram muito, freando a expansão do cultivo. Isso somado à topografia da região, fez com que o cultivo se encaminhasse para o interior, na busca de terras mais férteis e ainda sem exploração, o que aumentou o preço da terra. Como colocado por Cano (2002, p. 51): “com escravos e terras mais caros, esse café interiorizado passava também a sofrer maiores custos de transporte”, e portanto, o café fica ainda mais caro e menos competitivo. O Rio de Janeiro, que em 1876-1880 era responsável por 52,2% da produção exportável do país, já em 1891-1900 foi ultrapassado por São Paulo e Minas Gerais, exportando apenas 11,5%. Em 1921-1930 ficava atrás também do Espírito Santo, com apenas 5,6%. A crise no Rio de Janeiro só não foi maior pois era a capital federal e era responsável pela zona tributária do café, o aparato financeiro e o estatal, e o porto onde eram realizadas

exportações, fazendo com que as regiões cafeeiras transferissem para a região parte de seu excedente – mostrando um processo de transferência do excedente do campo para as cidades, como expresso por Singer (CANO, 2002).

Assim como no Rio de Janeiro, no caso do Brasil como um todo, portanto, a acumulação prévia de capital, cujos excedentes serão transferidos às cidades, se deu por meio da economia cafeeira e a classe dominante é que foi responsável por essa acumulação. Essa hierarquia tendia a ser mantida pois as classes inferiores não possuíam capital para se inserir na esfera mercantil, responsável pela maior lucratividade quando comparadas às demais atividades, como a agricultura – o excedente desta, no entanto, era apropriado pela elite colonial. Devido ao livre acesso a mão de obra e terras, as classes populares podiam investir em estabelecimentos rurais, que necessitavam de baixo montante inicial, mas seu excedente ficava em grande parte com o capital mercantil, o que tornava impossível aos pobres acumularem para investir em atividades mais complexas e fazia com que os agentes ligados a esse mercantil ficassem no topo da hierarquia, mantendo a diferenciação social, necessária para a acumulação capitalista.

Essa hegemonia do capital mercantil provocou, portanto, uma “contínua expropriação de excedentes, permitindo o aparecimento de uma sociedade diferenciada e com poucas possibilidades de elevação social” (FRAGOSO; FLORENTINO, 1998, p.104). Assim, devido à necessidade de altos investimentos iniciais em alguns setores, essa elite acaba por dominar a maior parte dos negócios do país, em que o mercado exterior tem maior destaque e é responsável pela reprodução da sociedade colonial escravista. A economia colonial funcionava então em torno da grande propriedade monocultora e do trabalho escravo – o próprio comércio de escravos era um negócio de alta lucratividade – destinada a transferir excedentes para Portugal. Para Portugal, tratava-se de explorar o país, ficar com seus excedentes mas manter a ordem do Antigo Regime, sem criar uma classe social que pudesse reivindicar o poder. Com a independência, a economia e a forma de reprodução se manteve, mas se abria a possibilidade de deixar de exportar os excedentes para a Europa. A relação de comercial dependente do setor externo e a diferenciação social que deriva dela é que dava espaço para a acumulação interna.

Aquela elite mercantil, dona de muitas das empresas comerciais que são passadas de geração em geração, começava, no entanto, após algumas décadas a abandonar o setor mercantil e seus membros a se tornarem rentistas urbanos ou senhor de terras – este último provavelmente em busca de estabilidade do montante já acumulado através do comércio. Já no início do século XIX, havia muitos compradores de imóveis urbanos, cujo investimento

era realizado por meio de capital mercantil, que era desviado do investimento em produção. Este último seria responsável por multiplicar a riqueza por meio da reprodução do capital, enquanto aquele a esterelizava (FRAGOSO; FLORENTINO, 1998). Para representar esse processo de formação dos rentistas urbanos, de acordo com o terceiro Ofício de Nota do Arquivo Nacional, entre 1800 e 1810 dos 196 compradores de imóveis urbanos, 96 eram comerciantes, e foram responsáveis por 2/3 das transações envolvendo prédios. A passagem de Fragoso e Florentino (1998, p. 107) diz respeito a esse processo:

A transformação do grande comerciante carioca em rentista urbano e/ou senhor de homens e terras denotava a presença de um forte ideal aristocrizante, identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância frente ao mundo do trabalho. Nada mais natural, em se tratando de uma elite mercantil forjada em meio a um sistema no qual a realização da produção escravista pressupunha a contínua reiteração da hierarquização e exclusão dos outros agentes sociais.

Essa elite mercantil foi se tornando cada vez mais urbana, vivendo nos grandes centros, vivendo muitas vezes dos aluguéis de seus conjuntos de casinhas, prédios e outros imóveis. Com o início da industrialização e a intensificação do comércio interno, portanto, a população passou a se concentrar cada vez mais nestes centros urbanos, locais centrais da cultura, infra-estrutura, transportes, e trabalho. Essa concentração urbana, estimulava ainda mais o comércio e o crescimento econômico, pois a

Aglomeração urbana permite uma expansão imensa da divisão do trabalho. Como já o mostrou Adam Smith, o limite da divisão do trabalho é o tamanho do mercado. Este tamanho é dado por fronteiras políticas e pelos custos dos transportes (SINGER, 1973, p.18).

Por ser a capital federal – desde a independência do país em 1822 –, havia incentivos para que o capital acumulado fosse destinado a ela, e que a urbanização ocorresse antes no Rio de Janeiro que nas demais cidades, puxada pelo Estado e pelas empresas privadas interessadas nos serviços básicos e de infra-estrutura que seriam inseridos na cidade. O Estado, desde a transferência da corte para o Brasil, buscava prover mobilidade, saúde pública e condições de vida diferenciadas para a capital do país, então “concedeu-lhe a maior infraestrutura (...), a centralização financeira e comercial do país” (CANO, 2002, p. 54). A concentração populacional do Rio de Janeiro também era bem maior que a das demais regiões, em 1872, a capital do Rio de Janeiro e a do Distrito Federal, era dez vezes maior que a de São Paulo e, em 1900, 3,6 vezes maior. Foram esses motivos que fizeram com que a maior porção do capital mercantil nacional ficasse concentrado nessa região, obrigando as

regiões cafeeiras a se tornarem regiões tributárias e fazendo com que, de acordo com Cano (2002, p. 54), os agentes econômicos do Rio de Janeiro se apropriassem de grande parte dos salários, lucros e tributos gerados pelas cafeiculturas regionais. Esse movimento possibilitou à burguesia do Rio de Janeiro reproduzir seu capital. Em 1889, as indústrias da região representavam 57% do capital industrial do país, e ainda em 1907, 30,2% da produção industrial era gerada na cidade do Rio de Janeiro (CANO, 2002).

Além disso, o rápido e intenso processo de crescimento urbano associado ao aumento populacional devido às migrações internas e externas, provocou uma carestia de habitações nos grandes centros urbanos. As cidades como São Paulo e Rio de Janeiro foram as que atraíram, no fim do século XIX e início do século XX, o maior número de pessoas à procura de empregos (NEEDELL, 1993). Com fim da escravidão em 1888, os negros recém libertos não foram integrados à sociedade, pois não houve políticas inclusivas, permaneceram discriminados e à margem dessa sociedade. Em busca de emprego, muitos se locomoveram para as grandes cidades, e somado à imigração européia – especialmente portuguesa –, promoveram um crescimento urbano desenfreado e ampliaram a crise habitacional já existente. De 1880 a 1890 foi quando a população do Rio de Janeiro teve maior crescimento anual, ficando em torno de 4,54%, caindo pra 3,23% de 1890 a 1900 e 2,91% de 1900-1906. Já “em 1890, o número de estrangeiros atingiu 155.502 habitantes, quase dobrando, em virtude da alta migração de 1888 e 1890, e número de brasileiros alcançava 367.449 habitantes, crescendo em proporção um pouco maior (LOBO, 2001, p.41).

Além disso, essa grande densidade populacional indicava também a existência de mão de obra abundante, que não absorvidas pelas atividades econômicas, e estão associadas ao desordenado crescimento urbano deixava parcela dessa população sem os meios de reprodução. A cidade já estava com mão de obra excedente, e muitos trabalhadores, em busca de renda, assumiam trabalhos informais e mal remunerados, como de ambulantes e lavadeiras – este último era realizado nas estalagens e cortiços, em que os proprietários lucravam inclusive com o aluguel das tinas. Em consequência disso as camadas mais pobres viviam em condições muito precárias, a maioria delas concentradas em habitações coletivas no centro da cidade. Esse processo é descrito por Needell (1996, p. 31):

Em 1890, no entanto, a situação no Rio tornara-se mais propícia à industrialização. A população já se aproximava de meio milhão, o mercado interno fortalecia-se com o aumento do número de assalariados brasileiros e imigrantes, crescera o risco comparativo dos investimentos na agricultura, o valor da moeda caíra para a compra de produtos importados e a mão de obra

barata afluía não apenas das áreas rurais, mas também de Portugal e da Itália.

Os cortiços eram vistos pelos sanitaristas como foco de irradiação de doenças graves, residência de “desordeiros”, “criminosos”. Eles se propagavam por todo o centro da cidade, e como descrito por Aluísio Azevedo (2006, p. 25): “construía-se mal, porém muito; surgiam chalés, e casinhas da noite para o dia; subiam os aluguéis; as propriedades dobravam de valor”. Diante deste cenário, foi que no início do século XX, seguidas das reformas realizadas por seus antecessores, o prefeito Pereira Passos, com a ajuda de sanitaristas, arquitetos e higienistas, promoveu reformas urbanas no Rio de Janeiro. Seguiu os princípios do presidente Rodrigues Alves, que estava investindo em políticas de modernização das cidades – tendo como foco a capital do país –, limpeza e combate a doenças – que levou à famosa Revolta da Vacina. Com o fim também de acabar com as epidemias, as reformas envolveram diversos aspectos da cidade, que serão citados ao longo desse trabalho, e dentre outros a demolição de diversos casébres na área central da cidade, que, como se pretende investigar, levou à formação do que hoje chamamos de favelas, no alto dos morros cariocas (ABREU, 1994).

A análise será voltada à formação dos espaços de exclusão social, em especial aos morros do Rio de Janeiro, após a derrubada desses cortiços no centro da cidade através de políticas públicas, sem a preocupação em repor as moradias dos operários que viviam próximos ao mercado de trabalho. A administração pública tinha liberdade para expropriar e demolir sem qualquer controle, legitimado pelas leis do direito, que foram instrumentalizadas para facilitar o “Bota-abaixo”. A construção da Avenida Central, dos grandes boulevares, do Teatro Municipal, do Aquário Público, parques, jardins e outras ruas construídas no lugar dos antigos cortiços visavam atender aos interesses da acumulação capitalista e da especulação imobiliária quanto à valorização do espaço urbano – e o conseqüente aumento dos aluguéis –, e modernizar a cidade seguindo o modelo dos países europeus ocidentais. Os boulevares passaram a ser áreas onde as classes abastadas andavam pelas lojas com fachadas novas e belíssimas, compravam artigos de luxo, muitas vezes importados, desfilavam com suas roupas de grife e seus automóveis, realizavam seus rituais inspirados nos hábitos ingleses ou franceses, lotavam os cafés e festejavam a modernidade (NEEDEL, 1993). Para atender aos interesses desse novo capital, no entanto, era necessário

Que se derrotassem os setores ligados à exploração de prédios já existentes, prédios já antiquados, mas extremamente valorizados pela ausência de concorrência [cortiços] (...). A atuação da prefeitura afeta os setores ocupados até então com a especulação imobiliária: os pequenos

comerciantes, proprietários de casas de cômodos e cortiços, nobres e ordens religiosas (ROCHA, 1995, p.67).

Para possibilitar a valorização dessas áreas que seriam alvo da reforma instituída pelo prefeito, foi realizada a operação de desocupação e posterior derrubada dos cortiços, já visando um processo de retirada das classes populares do centro. O problema central, portanto, não era a forma das habitações coletivas – cortiços e estalagens –, mas o local onde elas estavam, a área central da cidade. Sobre o conceito de cortiço ou a definição de “classes perigosas” predominavam uma ambiguidade e subjetividade, para que fosse maior o número de pessoas e casas suspeitas de trazerem riscos à cidade, já que ficava a critério do inspetor sanitário. Em teoria, as classes perigosas – conceito que foi aproximado da ideia de “classes populares” - eram constituídas por pessoas que já tivessem sido presas ou pelas que haviam optado por ao invés de trabalhar, obter seu sustento através da prática de atividades ilícitas (CHALHOUB, 1996).

CAPÍTULO 1 – Reformas Urbanas Pereira Passos

Para dar início ao estudo das reformas urbanas de Pereira Passos, precisamos voltar ao período em que elas ocorreram, paralelo a um movimento mundial de reorganização da vida em sociedade. O fim do século XIX até a Primeira Guerra mundial foi marcado pela Bella Époque, em que se valorizava a cultura, a arte e o intelectualismo, e surgia a ideia de civilização ligada à modernização das cidades.

No Brasil, esse movimento se deu através de reformas urbanas, direcionadas à construção de ruas e avenidas, parques, jardins, teatros, à modificação do centro urbano, ao controle de doenças e sanitização das cidades. Havia incentivos à política higienista, na busca de combater epidemias como a febre amarela, malária e varíola, e travou-se uma verdadeira “guerra” contra as habitações populares, que seriam foco de doenças e maus costumes (CARVALHO, 1995).

As habitações populares eram

(...) moradias ao alcance dos operários: estalagem tem o menor conforto, com os compartimentos privados de luz e de ar. (...) No interior desses cubículos, cozinha-se, dorme-se, passa-se o dia e, de ordinário, bem defronte à única porta, encontra-se uma tina d'água com sabão, aproveitada durante muitos dias devido à carência do líquido preciso. O aluguel é, quase sempre, cobrado adiantadamente e se o morador, por ter caído enfermo ou haver despendido em medicamentos para mulher e os filhos, não paga com a pontualidade exigida pelo senhorio, é despejado pelo inspetor de polícia ou auxiliar de higiene (Correio da manhã, 12/04/1906).

Nesse período, diante da falta de moradias, proprietários de pequenos imóveis no centro da cidade, para receber maior renda com os aluguéis começaram a construir habitações coletivas, de forma que se buscava construir a maior quantidade de cômodos possível no terreno. Esse tipo de habitação que abrigava diversas famílias e grupos sob o mesmo terreno se dividia em casas de cômodos, estalagens, os cortiços e, mais tarde, as vilas operárias (CARVALHO, 1995). O cortiço era

Habitação coletiva, geralmente constituída por pequenos quartos de madeira ou construção ligeira, algumas vezes instalados nos fundos dos prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difícil acesso; sem cozinha, existindo ou não pequeno pátio, área ou corredor, com aparelho sanitário e lavanderia comum” (BACKEUSER, 1906, p. 105).

A estalagem também possuía lavanderias e aparelhos sanitários comuns, mas diferente dos cortiços tinha pátio, área ou corredor, e cozinha - interna ou externa. As estalagens apresentavam

Melhores condições higiênicas que as casas de cômodo, eram condenadas pelas leis municipais (...) De modo geral, são constituídas de casinhas de porta e janela alinhadas em torno de um pátio, tendo uma sala, uma alcova separada da sala por tabique de madeira e um outro quartinho (CARVALHO, 1995, p. 143).

A estalagem de São Romão, que ficou famosa na literatura brasileira através do livro “O Cortiço” é uma boa representação desta forma de habitação na época. É descrita por Aluísio Azevedo como se segue:

Os quartos do cortiço pararam enfim de encontro ao muro do negociante, formando com a continuação da casa deste um grande quadrilongo, espécie de pátio de quartel, onde podia formar um batalhão. Noventa e cinco casinhas comportou a imensa estalagem. (...) As casinhas eram alugadas por mês e as tinas por dia: tudo pago adiantado (AZEVEDO, 2006, p. 27).

As casas de cômodo eram prédios com numerosos quartos

Alugados com ou sem mobília, por tempo indeterminado, a indivíduos solteiros, de qualquer sexo, e a pequenas famílias de diversas classes sociais, quase sempre em más condições de higiene e asseio, onde não se encontra o dono ou seu principal responsável, ficando assim, completamente abandonadas. Tem aparelhos sanitários em número insuficiente e quase sempre sem banheiro (BACKEUSER, 1906, p. 106).

Os cortiços, que vêm de “cortiça”, era o nome dado em Portugal aos pequenos casulos feitos de cascas de sobreiro para as abelhas, e a associação é feita pois as abelhas passavam o dia todo trabalhando sob um barulho intenso. Eram habitações populares superlotadas, construídas próximo ao centro da cidade devido à proximidade com os locais de trabalho. As doenças nesse ambiente de pouca ou nenhuma ventilação e lotada de operários e suas famílias, tornavam-se epidemias, e o mau cheiro era constante (Correio da manhã, 12/04/1906).

“Cortiço” era o nome também usado a maioria das vezes para se referir também às casas-de-cômodo e estalagens, que surgiram por volta de 1850, próximos à área central da cidade, devido a um movimento em que

(...) proprietários cediam seus imóveis (casas, quintais, terrenos) a terceiros que investiam pequenas economias na construção de casinhas ou na subdivisão de edificações existentes. Os aluguéis eram considerados

exorbitantes e os rendimentos fabulosos. Construir pequenos cortiços tornou-se uma prática comum entre proprietários e arrendatários de imóveis; na virada do século estavam presentes por toda a cidade, abrigando considerável parcela da população (VAZ, 1994, p. 583).

Já na década de 1890, as reformas instituídas pelos governantes deram início a uma “limpeza” dos cortiços na área central da cidade. Esta se deu com a derrubada de numerosas habitações coletivas e de suas fachadas coloniais, tidas como as principais responsáveis pela falta de higiene e saneamento, que impactavam de maneira negativa a arquitetura do Rio de Janeiro, visto cada vez mais como uma "terra de contrastes" (ABREU, 1994), onde a beleza da paisagem contrasta com a parte urbana mal cheirosa, desorganizada e lotada de prédios velhos. As primeiras demolições foram realizadas na administração do Prefeito Barata Ribeiro, formado em Medicina e ex-integrante da Intendência Municipal – desde dezembro de 1889. Em abril de 1892 assumiu a presidência do Conselho Municipal e em dezembro deste mesmo ano foi nomeado prefeito do Rio de Janeiro – cargo no qual permaneceu até maio de 1893. O foco em projetos que melhorassem a saúde e higiene da população começou quando ainda integrava a intendência e tiveram continuidade durante sua administração. Esses projetos abriram espaço para as reformas urbanas que seriam realizadas nas administrações posteriores, já que Barata Ribeiro

(...) em 1893, empreendeu verdadeira guerra aos cortiços, dentre os quais o célebre Cabeça de Porco, cuja destruição foi necessário planejar todo um esquema policial-militar. Começa aí um processo de intervenção direta do Estado sobre as áreas centrais da cidade, que viria se intensificar sobremaneira a partir do início do século e que seria responsável pelo aumento da estratificação social do espaço carioca (ABREU, 1997, p.50).

O cortiço denominado “Cabeça de Porco”, que era composto por diversos barracões e casebres foi chamado mais tarde de “semente da favela”. Chegou a abrigar 4 mil pessoas e foi construído em torno de 1850. Apesar de diversas ordens de demolição, continuou de pé até a invasão pela infantaria da polícia e demolição em 26 de janeiro de 1893 (Gazeta de Notícias, 27/01/1893).

Figura 1 – O Cortiço “Cabeça de Porco”



Fonte: Diário do Rio.

Barata Ribeiro, como professor de medicina e defensor das novas políticas higienistas, viu na derrubada do grande cortiço o início da destruição daquilo que representava todos os males do Rio de Janeiro. O governo de Barata Ribeiro, no entanto, apesar de vitórias em prol da República, durou apenas 5 meses, quando seu nome foi rejeitado pelo Senado, que deveria aprovar a nomeação do Prefeito realizada pelo Presidente da República. Isso porque “não poderia ter sido nomeado prefeito o Sr. Barata Ribeiro, nem nenhum dos membros das intendências que serviram no anno que está a findar” (Gazeta de Notícias, 22/12/1892).

Já no início do século XX, principalmente durante o governo do Presidente Rodrigues Alves, foram realizadas reformas urbanas no país, inspiradas nas transformações europeias, tal qual as realizadas em Paris pelo prefeito Haussman.

Haussman rasgou, no centro de Paris, um conjunto monumental de largos e extensos bulevares em perspectiva, com fachadas uniformes de ambos os lados, reduzindo a pó os populosos quarteirões populares e o emaranhado de ruas estreitas e tortuosas (BENCHIMOL, 1990, p. 192)

Rodrigues Alves buscou durante seu governo a legitimação da República – que ainda estava nas suas primeiras décadas – aos olhos da população, já que seu antecessor Campos Sales, havia legitimado a República somente para as elites com a sua política dos governadores. Sua ideia era transformar o modelo antigo de cidade – que representava o

Império – no novo, que representaria os novos padrões republicanos. Nas palavras de Needell (1993, p. 54) “um pai, que ainda chorava a morte de uma criança levada pela febre amarela no Rio, Rodrigues Alves representava as antigas e as novas forças dominantes, servindo deliberadamente como seu instrumento”. Para isso, Rodrigues Alves tinha claro que a estrutura urbana da cidade teria que mudar, pois ainda era tipicamente colonial, e tinha se tornado incompatível com a expansão comercial. Anunciou em 1902, na sua posse, como metas da sua administração o progresso técnico e econômico do país, que levariam ao progresso material da sociedade brasileira, e teriam início com a grande modernização da capital federal (AZEVEDO, 2011). O objetivo do presidente Rodrigues Alves era de que como

Capital do país e principal ponto de articulação do território brasileiro com os centros nervosos do capitalismo mundial nessa época, o Rio de Janeiro será o palco privilegiado onde se materializarão as pressões que visavam a República nascente (ABREU, 1994, p.35).

Na tentativa de modernizar o Rio de Janeiro, Rodrigues Alves, com o apoio do Prefeito Pereira Passos - que assumiu a administração do Rio de Janeiro no final de 1902 - promoveu reformas urbanas. Buscava, com isso, alterar a imagem de um Brasil colonial e todo o atraso que ele comportava. Elas foram divididas entre estas realizadas pelo Governo Federal e outras pelo Governo Municipal. Cada um deles ficou responsável por um conjunto de transformações, representadas na Figura 2, que mostra o projeto de melhoramentos da cidade feito por Francisco Pereira Passos em 1903. As áreas hachuradas são destinadas a mercados, as linhas contínuas são as reformas que seriam de responsabilidade da Prefeitura, e as pontilhadas aquelas que seriam realizadas pelo Governo Federal. As obras projetadas pelo Governo Federal – representadas do lado direito da imagem – seriam aquelas referentes ao porto e todas as ruas que se ligariam a ele, como a Avenida Central (ponto 1), que iria do Porto até a Avenida Beira Mar. Excetuando essas obras no porto, a prefeitura seria responsável por toda a reforma da cidade. Na Figura 2, pode-se ver também a Avenida Beira-Mar (representada pelo ponto 2), que seria construída ligando as praias do Flamengo e início da Santa Luzia e saindo da Lapa, a Rua Mem de Sá (ponto 3). É importante enfatizar que Pereira Passos e Rodrigues Alves partiam das ideias de modernidade trazida dos países europeus, que associava o embelezamento e renovação urbana aos ideais de civilização. Tanto nas reformas empreendidas diretamente por Rodrigues Alves, sob o comando da equipe do ministro dos Transportes e Obras Públicas Lauro Müller, quanto nas empreendidas pela prefeitura, houve influência de Haussman – o administrador parisiense responsável pelas

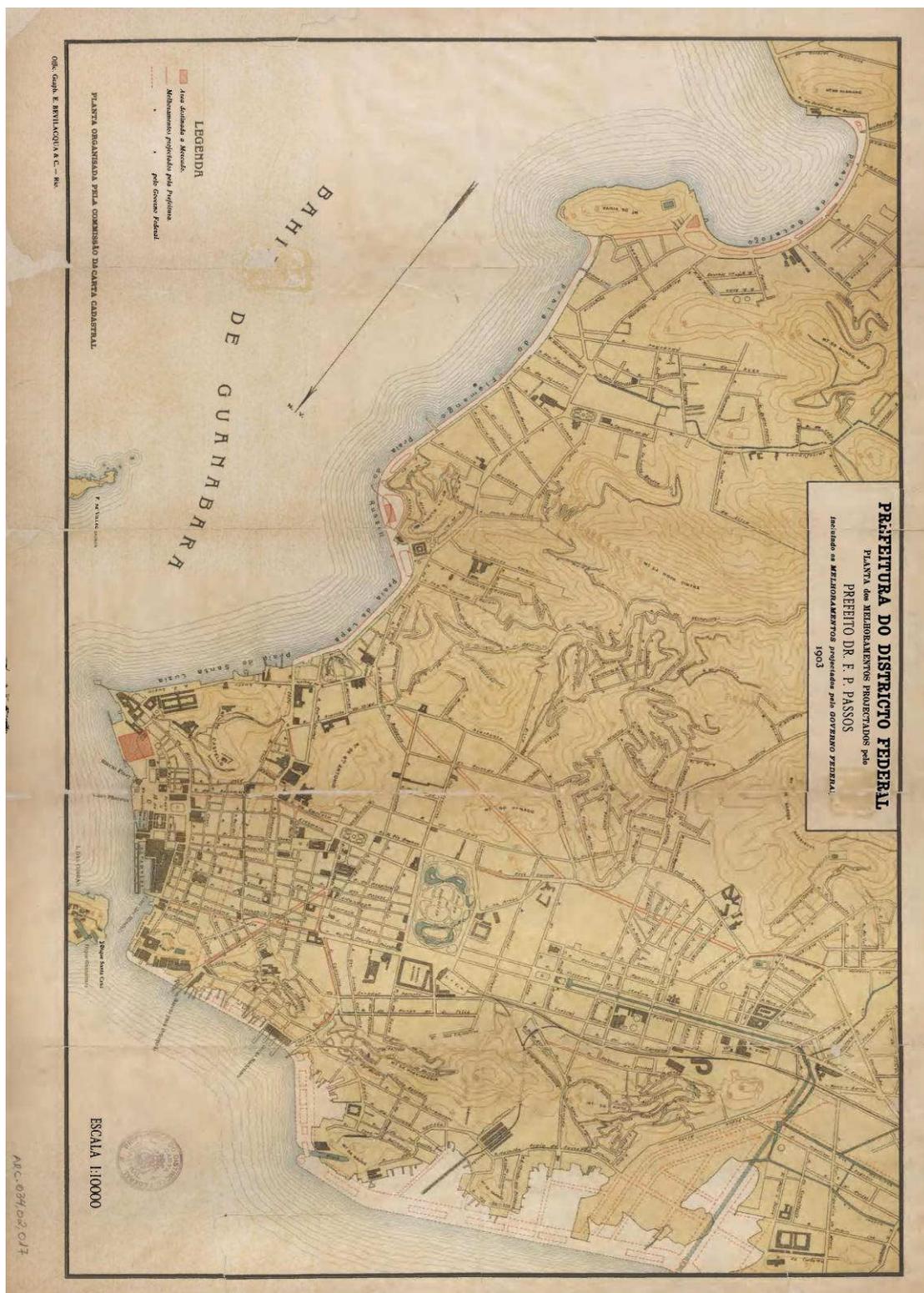
radicais reformas modernizadoras na capital. Ambas as reformas visavam a melhoria na ventilação e iluminação através do alargamento das ruas, construção de novas avenidas, e embelezamento da cidade (NEEDELL, 1993).

O Prefeito que assumiu a administração do Rio de Janeiro, nomeado pelo presidente Rodrigues Alves, Pereira Passos, daria continuidade aos processos de modernização através de medidas autoritárias e contaria com a ajuda do médico sanitário Oswaldo Cruz – que havia trabalhado Instituto Pasteur, na França - como Diretor Geral de Saúde Pública (CARVALHO, 1987). Pereira Passos teve sua educação na Escola Militar, baseada nas escolas francesas, e mais tarde foi estudar na França. Quando chegou à Paris em 1857, a cidade passava pelas reformas urbanas, na busca de amenizar a explosão populacional e melhorar a circulação de pessoas e meios de transportes pela cidade. As reformas realizadas pelo prefeito Haussman envolveu o alargamento de ruas e avenidas, a construção de bulevares; para a construção destes, promoveu a destruição de bairros onde viviam as camadas populares, e construiu estátuas, monumentos e jardins com o objetivo de embelezar a cidade. Quando retornou ao Brasil em 1860, Passos integrou projetos de infra-estrutura e só mais tarde é que se envolveu com a área de transportes. Em 1870 se tornou consultor técnico na área de Agricultura e Obras Públicas. É em 1874 que, como engenheiro do Ministério do Império, começa a formular um plano – que foi recusado prontamente – de reformas urbanas do Rio de Janeiro (NEEDELL, 1993). Trataremos adiante um pouco mais das transformações proporcionadas pela reforma.

1.1 Ruas e calçamentos

A primeira reforma foi realizada no porto e em suas vias adjacentes, com o objetivo de aumentar as importações, ampliando a principal fonte de arrecadação do Estado, e para atrair mão de obra estrangeira. Esta era tomada como sinônimo de desenvolvimento econômico, já que a agricultura cafeeira passava por uma falta de mão de obra, o que freava a produção do principal produto de exportação, e elevava seus custos. Após o fim da escravidão, a mão de obra imigrante se tornou, portanto, uma opção vantajosa aos cafeicultores, e para atraí-la seria necessário melhorar a imagem da Capital Federal, e do país, e proporcionar melhores condições de vida (AZEVEDO, 2015). As reformas urbanas iriam integrar esse processo, tendo em vista que “a cidade é, via de regra, a sede do poder e portanto da classe dominante” (SINGER, 1973, p.12), e deve ser apresentada como tal.

Figura 2 – Projeto de Melhoramentos da cidade projectados pelo Prefeito do Distrito Federal



Fonte: PREFEITURA DO DISTRICITO FEDERAL.

A modernização do porto estimularia a base agroexportadora, e por isso recebeu apoio da burguesia cafeeira. O presidente Rodrigues Alves promoveu, então, a construção do cais, de ruas ao redor e avenidas que ligavam a cidade ao porto, colocou trilhos da Estrada de Ferro, tornando a zona portuária o símbolo do “novo Rio de Janeiro”. Como complemento, construiu a avenida do Canal do Mangue, a Rodrigues Alves, e a Avenida Central, para facilitar o escoamento dos produtos que chegavam no porto aos comércios da cidade, que antes eram dificultados pela localização de diversos morros que isolavam o porto da área central. Foi uma das maiores dificuldades dentre as transformações urbanas, devido à necessidade de um grande número de desapropriações, que custaram muito ao governo. Muitas vezes eram desapropriados mais prédios que os necessários para viabilizar a reforma urbana, para que os terrenos que não fossem usados para as obras da prefeitura pudessem ser vendidos e restituir parcela do valor utilizado nas reformas (ABREU, 1997). A Avenida Central foi construída de 8 de março de 1904 a 15 de novembro de 1905, e em 1912 passou a se chamar Avenida Rio Branco, devido à morte do diplomata e ministro das Relações Exteriores, barão do Rio Branco. Para sua construção, as desapropriações começaram em dezembro de 1903, e as demolições 3 meses depois, em que no total foram demolidos 604 prédios. Obra realizada pelo engenheiro Lauro Müller, há, assim como em Paris, um monumento em cada um de seus extremos, um do Visconde de Mauá e um obelisco, lembrando que “nada expressa melhor a belle époque carioca do que a nova Avenida Central – um imenso bulevar cortando as construções coloniais da Cidade Velha” (NEEDEL, 1993, p.58). Nesta avenida que se tornaria a avenida de maior destaque da cidade,

Foram instalados postes de iluminação elétrica com lâmpadas de arco voltaico, fornecida pela empresa estrangeira Light and Power, ao lado de lâmpões de gás. Para o escoamento de água e esgotos foram construídos grandes bueiros. As calçadas da avenida Central, em pedras portuguesas, foram feitas por mestres calceteiros de Lisboa, tendo sido chanfrados e arredondados muitos quarteirões. A avenida foi arborizada com 53 mudas de pau-brasil nos canteiros centrais e outras 358 mudas de jambeiros nos canteiros laterais (KOK, 2005, p. 76).

A avenida que antes compunha as obras do porto, além de infra-estrutura, tornou-se parte principal da melhoria estética da cidade, com as belas fachadas, o calçamento e a largura, e ganhou o apoio da elite brasileira (AZEVEDO, 2011). Pode-se notar que

A avenida havia sido planejada com objetivos que ultrapassavam em muito as necessidades estritamente viárias – ela foi concebida como uma proclamação. (...) A Capital Federal possuía agora um bulevar verdadeiramente “civilizado”- duas muralhas paralelas de edifícios que

refletiam o máximo de bom gosto existente – e um monumento ao progresso do país (NEEDELL, 1993, p.61).

Já a avenida Sacramento foi prolongada até a avenida Marechal Floriano Peixoto, tornou-se a avenida Passos, e os terrenos acrescidos nessa área foram leiloados (Correio da manhã, 31/12/1903). Foi construído o túnel do Leme, cujas obras se iniciaram no ano anterior, mas a inauguração só se deu em setembro de 1904, uma realização da Companhia Ferro Carril Jardim Botânico.

Situado no prolongamento da rua Salvador Corrêa, em Copacabana, ligando ao bairro do Leme ao do Botafogo, mede 228 metros de extensão, ou sejam mais 50 do que o Real Grandeza, tem de largura 10 metros, de modo a permitir o assentamento de linhas duplas, ficando ainda uma faixa de terreno, por onde se pode o tráfego de veículos de qualquer natureza (Correio da manhã, 15/09/1904).

O calçamento das ruas também era algo exigido por muitos habitantes ao longo do fim do século XIX e início do século XX: “- É lastimável em que se acha a rua do Mattoso, entre Haddock Lobo e Itapagipe. A falta de de calçamento em diversos pontos reclama as vistas do fiscal” (Correio da manhã, 22/10/1901). O calçamento levantado devido à construção ou troca dos trilhos dos bondes ainda “(...) permite a formação de extensas lagoas, ficando a água, em poucos dias, estagnada, o que sobremodo prejudica a saúde dos que ali residem” (Correio da manhã, 22/12/1901).

Diversos grupos de trabalhadores foram organizados e divididos entre as obras das diversas ruas, para construir e reformar as calçadas da cidade e foi decretado que para a Directoria de Geral de Obras e Viação

Serão recebidas e abertas, em concorrência publica, que se realizará no dia 15 de março de 1904, às 2 horas da tarde, propostas para o calçamento a asfalto de uma área da cidade, correspondente a vinte e cinco mil metros quadrados (Correio da manhã, 23/12/1903).

Um valor avultoso foi despendido pelo Governo Federal nas Obras que envolviam o porto, e as ruas que foram construída para facilitar o escoamento, como se pode ver pela tabela abaixo, que traz o orçamento realizado para as construções – note que a moeda utilizada era réis. Levando em conta os valores da inflação, Laurentino Gomes (2007) faz uma aproximação da relação entre réis e reais. Utilizando a mesma taxa de conversão utilizada por ele (1 réis = 0,123 reais), chega-se a um gasto total – sendo considerados todos os fatores de

estar se fazendo essa estimativa – de aproximadamente R\$ 20 bilhões de reais se fossem colocados no dia de hoje.

Tabela 1 – Orçamento das Obras

O ORÇAMENTO DAS OBRAS	
Encampamento das concessões	17.300:000\$000
Desapropriações (cais e avenida)	52.450:000\$000
Obra do cais	86.000:000\$000
Obras da Av. Central	3.780:000\$000
Obras da Av. Do Mangue	3.997:000\$000
Administração: 5% do valor das obras	4.688:850\$000
TOTAL	168.215:850\$000

Fonte: ROCHA, Oswaldo P. (1995)

Portanto, pode-se constatar que o crescimento econômico esperado com as melhorias de fato ocorreu, como era inevitável devido ao maior investimento na região. A reforma do porto do Rio atraiu muitos imigrantes europeus – a maioria portugueses e espanhóis – como queria o Presidente Rodrigues Alves, a melhoria nas condições de vida com as demais reformas incentivaram a migração interna. Mas o aumento populacional e a derrubada dos cortiços na área central contribuíram para agravar a crise habitacional e contribuíram para o estabelecimento de casas feitas às pressas com materiais de baixa qualidade nas encostas e morros (ABREU, 1994).

1.2. Saúde pública

Nesse momento, com a justificativa da busca pelo progresso material da sociedade brasileira, o Rio de Janeiro, como sede do governo e centro econômico do país tornou-se então símbolo e principal foco da regeneração. Apresentava ruas e fachadas coloniais, um centro comercial barulhento, lotado de vendedores ambulantes e casinhas umas em cima das outras. Pelas péssimas condições de higiene de grande parte da população e pelas vias de acesso público, as doenças consideradas como “males tropicais” – a febre amarela, febre

tifóide, varíola, peste bubônica, tuberculose e malária – se espalhavam rapidamente, tornando-se epidemias, o que muito preocupava Oswaldo Cruz. Isso é colocado por KOK (2005, p. 34):

Considerados como o mais “repugnante foco de pestes”, os cortiços eram alvo de ataque dos médicos-higienistas da época, mas quase nada se fazia para melhorá-los, a não ser propor a demolição. Nada se fazia também para mudar as condições de trabalho nas indústrias modernas, que nada deviam às habitações coletiva em termos de degradação e de falta de higiene.

O processo de higienização do país, foi feito de maneira autoritária. A vacina era um dos assuntos mais controversos, havia quem não conhecesse nem acreditasse em seus efeitos, aqueles que achavam que ela poderia causar danos ao corpo humano, e os que não entendiam ou não apoiavam a interferência do Estado “na vida privada da população” (Correio da manhã, 30/10/1904), termo usado por jornais e críticos naquele momento. A definição de “vida privada”, que faz certa oposição ao convívio em espaço público, é dada por Ariès (1986, p. 20): quando a família não é apenas uma unidade econômica e um meio de reprodução, mas é também “lugar de refúgio onde se escapa dos olhares de fora,, lugar de afetividade onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos”.

Desde o século XIX, tentou-se, por meio de leis e decretos impor a vacinação para certos grupos da sociedade, mas foi só em outubro de 1904 que foi aprovada a lei que tornava obrigatória a vacinação contra a varíola a toda a população. No mês seguinte, logo após a aprovação, eclodiu a Revolta da Vacina, um movimento na capital contra a obrigatoriedade da vacinação e pela defesa dos direitos civis. A manifestação inicial foi feita pela população que não tinha direito à participação política, viu na revolta uma forma de se manifestar, o que abriu espaço para diversas outras lutas (CARVALHO, 1987).

Aprovada em 31 de outubro de 1904, por iniciativa de Oswaldo Cruz, a lei da vacina obrigatória determinava a vacinação da população em todo o território nacional, prevendo penas que iam de pesadas multas à proibição de trabalhar. A lei e, especialmente, os métodos adotados para que ela fosse cumprida geraram as reações de boa parte da população que, por sua vez, foi também insuflada pelos opositores do governo. Havia igualmente grande desconfiança quanto à eficácia da vacina ou objeções de fundo religioso. Parte da população negra, por exemplo, seguindo as tradições africanas, acreditava na cura por meio apenas de rituais religiosos. Muitas pessoas temiam também ser inoculadas pelo vírus da varíola ao serem vacinadas (KOK, 2005, p. 63).

A passagem a seguir também ilustra a situação da cidade durante as manifestações à luz do entendimento do jornal Correio da Manhã:

A cidade amanheceu ontem ostentando os numerosos sinais da ira não contida da massa popular, reagindo ás violências da polícia. Bondes queimados, combustores partidos, notícias as mais desagradáveis divulgadas e comentadas, a cidade, emfim, apresentava um aspecto desolador (Correio da manhã, 15/11/1904).

A Revolta foi uma das primeiras tentativas na luta pelos direitos civis, em que o povo descrente dos políticos e governantes já nos primeiros anos da República, exige participação nas decisões do Estado, principalmente quando se trata do bem-estar dos indivíduos. Alguns intelectuais radicais, como Rui Barbosa e Olavo Bilac, consideravam a revolta inicialmente justa, porém, acabaram por se tornar arruaças das classes populares, nas palavras de Bilac um “turba-multa irresponsável de analfabetos” (CARVALHO, 1987). Parte dessa visão se deve ao fato de que

Foi no sopé do Morro da Providência que os distúrbios mais sérios aconteceram, muitos dos que deles participaram acabaram se refugiando no morro, ou moravam mesmo aí, contribuindo assim para aumentar a sua má fama perante a imprensa (ABREU, 1994, p. 39).

Por outro lado, a obrigatoriedade da vacinação visava combater as epidemias que se espalhavam de uma forma cada vez mais contundente pela população. Além das epidemias, o péssimo estado sanitário do Rio de Janeiro abrangia o abastecimento de água, os esgotos e o descarte de lixo. Como esse descarte era feito de forma incorreta, contribuía para aumentar ainda o mal-cheiro da cidade:

Urge que a directoria de hygiene lance as suas vistas para o deplorável estado de immundicie em que jaz a rua Dr. Correa Dutra, no Cattete, do lado do mar, onde já têm apparecido casos de péste, devido, naturalmente, aos despejos de lixo que alguns moradores fazem na rua, isso das 7 horas da noite em diante, saturando o ambiente com o cheiro de detritos de cozinha remexidos pelos cães vadios que infestam aquellas paragens (Correio da manhã, 16/09/1901).

A ausência de esgoto em algumas regiões fazia com que os moradores realizassem despejos nos rios próximos. Os canos que ligavam os coletores da rua e as casas eram frágeis e muitas vezes se rompiam, deixando vazar os dejetos:

Todo o solo se embebe e contamina desses dejectos orgânicos, sem que o seu poder de auto-depuração seja sufficiente para consumi-los, tal é a sua abundância. Quando as chuvas são demoradas ou copiosas, a camada de água subterrânea que existe em toda a cidade, se eleva, cobre total ou parcialmente o coletor do esgoto e arrasta para seu interior, como um

trabalho de drenagem, as impurezas acumuladas no solo; se porém, as chuvas escasseiam, essa camada desce, o coletor fica a seco, a corrente que se estabelece é inversa, é então que o esgoto que dessora (...) Acresce a tudo isto um abastecimento insuficiente de águas potáveis ou de usos domésticos e públicos; ausência de filtração central e domiciliária, lavagens imperfeitas dos grandes reservatórios, desaceio e estagnação frequentes nos tanques e depósitos particulares (Correio da manhã, 21/06/1902).

Havia uma teoria a respeito da transmissão de doenças, uma das mais antigas na medicina, que predominou principalmente na segunda metade do século XIX, que iria embasar a necessidade de acabar com os esgotos e lixões a céu aberto, e a falta de higiene dos cortiços. De acordo com essa teoria, as epidemias tinham origem a partir dos miasmas, que são impurezas no ar que se originavam pela proximidade com pessoas e animais doentes, dejetos, e material orgânico em decomposição. O mau-cheiro provindo das ruas e habitações seria prova da presença dos miasmas, e uma vez eliminado, seria possível evitar as epidemias (MARTINS; MARTINS; FERREIRA; TOLEDO, 1997).

Portanto, seria necessário remover os principais focos de maus odores e falta de higiene. Um dos maiores problemas para saúde pública, como já colocado, e que é tema principal desse trabalho, eram as casas de cômodo e estalagens, locais superlotados, sujos e mal-cheirosos, que abrigavam os desordeiros e criminosos – termos utilizados pela elite da época. Para isso, para dar início ao processo de modernização do Rio de Janeiro, os cortiços deveriam ser eliminados (CHALHOUB, 1990).

Para promover a operação “Bota-Abaixo”, que visava à derrubada dos cortiços do centro da cidade, leis e decretos de saúde pública, a polícia, e as desapropriações foram instituídos e modificados para legitimar as demolições. A partir de 10/02/1903, o decreto 391 veio impedir que se construísse novos cortiços, ou que se realizasse qualquer obra de melhoramentos e reparos, para tentar diminuir o tempo de existência dos antigos (BENCHIMOL, 1990). Por outro lado, era permitida a construção dessas habitações precárias “nos morros que ainda não tiverem habitações” (VAZ, 1994).

O prédio ficar em pé ou não dependia apenas da discricionariedade dos agentes de saúde e policiais - a não ser os casos em que os proprietários entravam com um processo na justiça e ganhavam, então o prédio ainda ficava de pé por um tempo (CANTISANO, 2016). Com a mesma discricionariedade eram classificados os indivíduos que andavam pelas ruas como ambulantes, trabalhadores ou vagabundos, pois

Por um lado, a lei mandava considerar vagabundo todo indivíduo que não tivesse domicílio certo, sem considerar se ele tinha ou não a probabilidade de arranjar qualquer domicílio. Por outro, quem não trabalhasse deveria ser

considerado vagabundo, mas o alto índice de desemprego estrutural existente na cidade reduzia grande parte da população à condição de ‘vadios compulsórios’, o que os obrigava, para sobreviver, a revezarem permanentemente entre o subemprego, os expedientes eventuais e incertos, a mendicância, e até mesmo a criminalidade (ABREU, 1994, p.40)

Os planos de modificação do espaço urbano não se limitariam a construções e derrubadas de casebres no centro da cidade, mas a uma modificação completa do espaço urbano do Rio de Janeiro. De acordo com um pronunciamento de Pereira Passos na época:

Certamente não basta obtermos água em abundância e esgotos regulares para gosarmos de uma perfeita higiene urbana. É necessário melhorarmos a higiene domiciliária, transformar a nossa edificação, fomentar a construção de prédios modernos e este desejo somente pode ser alcançado rasgando-se na cidade algumas avenidas, marcadas de forma a satisfazer as necessidades do tráfego urbano e a determinar a demolição da edificação atual onde ela mais atrasada e mais repugnante se apresenta. (PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL, 1903)

Neste pronunciamento ficava claro as diretrizes da reforma a ser realizada pelo prefeito, melhorias no fornecimento de água e coleta de esgoto, retirada das habitações populares e construção de novos edifícios, construção de novas ruas e avenidas. As novas ruas, mais largas que as antigas e com novo calçamento, seriam importantes para melhorar a circulação e a ventilação – e portanto diminuir os maus adores. Já a derrubada dos cortiços era uma forma de melhorar o saneamento – possuíam precário fornecimento de água e coleta de esgoto –, e ajudar a diminuir as epidemias, já que a aproximação dos casebres e o acúmulo de pessoas dentro de uma mesma habitação facilitava a propagação de doenças.

1.3. Mobilidade urbana

Foram construídos linhas de bondes e trens para “facilitar” a circulação dos trabalhadores, em grande parte integrantes da parcela mais pobre da população e que sofriam com a guerra contra os cortiços, que precisavam chegar aos locais de trabalho. Os bondes já estavam inseridos na malha urbana desde o século XIX, e os trens foram construídos para chegar a regiões mais distantes, colaborando no processo de transformação de áreas rurais em áreas urbanas e na ocupação dos espaços suburbanos, que passaram a contornar a linha férrea (ABREU, 1997). As áreas rurais, que poderiam então ser acessadas por trens, passaram a receber a população que antes não conseguia chegar nessas regiões mais distantes. A crise habitacional empurrava parcela da população para regiões cada vez mais distantes, e essas

áreas que eram rurais, passaram a ter uma concentração populacional cada vez maior, e acabaram em algum momento se tornando áreas urbanas. É impossível delimitar a separação dessas áreas urbana em relação aos subúrbios, pois se confundem ao longo das linhas férreas, de acordo com o acadêmico Aureliano Portugal no início do século XX:

Todo o percurso da Estrada de Ferro Central do Brasil, até além da Estação de Cascadura, é marginado de habitações, formando, sem quebra de continuidade, inúmeras ruas, que a frequência, e a rapidez de transporte incorporam naturalmente à cidade (...). Esses subúrbios não têm existência própria, independente do Centro da cidade; pelo contrário, a sua vida é comum e as relações íntimas e frequentes; é a mesma população que moureja, no centro comercial da cidade, com a que reside neste, sendo naturalmente impossível separá-las (apud ABREU, 1997, p. 53).

1.4. Novos hábitos

No fim do século XIX, os jornais já clamavam pelo Teatro Municipal, que aparecia como um bem necessário para a civilidade pública e para isso demolições de edifícios foram permitidos por lei anos antes de sua construção. Em 1896

Foi apresentado o seguinte projeto: O conselho municipal decreta Art. 1º Fica o prefeito autorizado a desapropriar para utilidade pública os prédios ns. 59, 61 e 63 da Praça Tiradentes, fazendo construir nesse local quando julgar oportuno o Theatro Municipal. Art 2º Ficam revogadas as disposições em contrário (A Notícia, 18/04/1896).

No início de sua administração, Pereira Passos era pressionado pela população para a construção do Teatro Municipal, pois como escrito no jornal meses depois de sua posse “é tempo de fazer alguma coisa em prol do Theatro Municipal” (A Notícia, 30/01/1903). Para tal, o prefeito realizou um concurso para que membros da sociedade – brasileiros ou estrangeiros – pudessem apresentar projetos para a edificação do teatro na Avenida Central, e convidara alguns artistas e arquitetos para julgar entre os concorrentes o melhor projeto (A Notícia, 11/09/1904). Em 17 de novembro de 1904 “o Sr. Dr. Prefeito municipal, mandará por a baixo a ultima casa que se acha de pé no terreno em que deve ser construído o Theatro Municipal” (A Notícia). O projeto final, inspirado na Ópera de Paris, foi uma mistura de dois premiados, e em 1905 começaram as obras que só seriam finalizadas em julho de 1909. Até na construção do Theatro Municipal, seria possível notar o padrão de consumo importado da Europa – pelos materiais utilizados na obra –, e o estilo inspirado em Paris.

A maior parte do material empregado na construção foi importada da Europa: escadarias de mármore de Carrara (Itália), foyer revestido de ônix, vitrais desenhados e confeccionados na Alemanha; lampadários em bronze da França, com estátuas de Rodolfo Bernardelli (representando a Música, a Poesia, a Dança, o Canto, Comédia e a Tragédia) e pinturas de Ângelo Visconti e Henrique Bernardelli (KOK, 2005, p. 72).

Além da construção do Teatro, o Prefeito promoveu diversas obras, que viriam a mudar os costumes daquela população e contribuir para o embelezamento da cidade. Para isso, construiu

A Praça XV, o Largo da Glória, o Largo do Machado, a Praça São Salvador, a Praça Onze de Junho, o Passeio Público e a Praça Tiradentes foram agraciados com estátuas imponentes e/ou tiveram seus jardins melhorados; as ruas do Centro, Botafogo e Laranjeiras passaram por um surto de arborização e as estradas do Alto da Boa Vista sofreram várias modificações (ABREU, 1997, p. 61).

Figura 3 - MALTA, Augusto. [Theatro Municipal]. Século XX.



Fonte: Theatro Municipal.

Esse processo de transformação da Capital Federal, que se deu de forma intensiva durante a administração de Pereira Passos não incluía apenas reformas mas um processo de renovação urbana. O termo “renovação” no lugar de apenas “reforma” serve para indicar um

processo de substituição das antigas formas urbanas – que remetiam a um passado colonial – por formas modernas, seja as edificações, os transportes, a infra-estrutura, os costumes e bens de consumo dessa sociedade. Este processo se deu de forma mais ampliada por ter sido dirigido pelo Estado, que alterou, através das reformas, todo o espaço urbano. As reformas em si foram as obras de restauração ou construção das avenidas, parques, praças, as demolições dos cortiços e a construção de prédios com fachadas mais belas no lugar. Pode-se dizer que as reformas foram o meio para proporcionar a renovação urbana, na tentativa de modernizar e embelezar o Rio de Janeiro e excluir um conjunto social específico – no caso as classes populares, formada por operários, pequenos comerciantes – para que esse novo espaço fosse ocupado por parcelas das classes abastadas (BENCHIMOL, 1990). Esse processo de segregação não se deu apenas pelas demolições, mas pela valorização da região central da cidade - que fez aumentar os alugueis -, pelo aumento dos impostos, pela proibição de certas práticas econômicas de ambulantes e pequenos ofícios, e proibição de certos hábitos:

Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos, proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspsisse nas ruas e dentro dos veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltassem pipas (CARVALHO, 1987, p. 95).

Portanto, paralelamente às reformas na cidade, haveria de ter uma mudança nos costumes da população, e isso incluía a proibição dos “carrinhos de mão” nos trilhos por causa do barulho e dos vendedores ambulantes que distribuía desde bilhetes de loteria a alimentos e miúdos. Passou a ser realizado o recolhimento de cães vadios das ruas da cidade, e por fim, os mendigos e moradores de rua deveriam ser encaminhados aos asilos – o que acabou sendo uma medida ineficiente pois não haviam asilos suficientes. A prefeitura proibiu também a cultura de plantas e criação de animais no meio urbano, e “até as brincadeiras de rua sofreram perseguição e foram proibidas, como o caso do entrudo, uma brincadeira popular, de raízes portuguesas, da época do Carnaval” (KOK, 2005, p. 49). Esses velhos hábitos, que na concepção dos planejadores, sinalizavam o atraso deveriam acabar, e novos costumes e valores começariam a surgir, seguindo os princípios da modernidade. Criaram-se novos hábitos, de frequentar as óperas e peças de teatro, cinemas e os salões, de se passear pela cidade à noite, andar e mostrar os primeiros automóveis, e frequentar os cafés, que vinham se tornando ponto de encontro da elite carioca:

Numerosos cafés, como o Paris, o Globo, o Café do Rio, tornaram-se pontos de encontro de intelectuais, estudantes, políticos, jornalistas, artistas,

advogados e demais profissionais liberais. Além da famosa Confeitaria Colombo, situada na rua Gonçalves Dias, a menos de 100m da avenida Central, novas confeitarias e restaurantes foram inaugurados, passando a ser intensamente frequentados pelas famílias, principalmente aos domingos (KOK, 2005, p. 87).

Figura 4 – Retrato de cenas da rua do Ouvidor (1905)



Scenas da rua do Ouvidor
O Malho, 28.10.1905

Fonte: KOK, 2005.

No cenário urbano que se construía também era possível notar a influência da cultura francesa no cotidiano das pessoas, em que se formava um novo estilo de vestimentas para a alta classe da população, e levou ao fim o uso das vestimentas consideradas coloniais:

Os homens deixaram de trajar a vestimenta escura dos tempos do Império, a sobrecasaca e a cartola, e passaram a trajar paletós de casimira clara, roupas de linho, gravatas, camisas de tecido inglês, luvas, polainas, chapéus e guarda-chuvas. Os sapatos da moda chamavam-se “chaleira” ou “viúva alegre”. Esses homens elegantes e na moda, os janotas¹, eram os novos personagens urbanos: “o importante agora é ser chic ou smart, conforme a procedência do tecido ou do modelo” (KOK, 2005, p. 84).

1.5. Crise habitacional

A renovação urbana levou à modernização pretendida, mas paralelamente ampliou a crise habitacional, já que ao longo da reforma 1600 prédios foram demolidos e cerca de 20

¹ O termo “janota” vem do francês janot e é usado para definir o homem que exagera na elegância ao se vestir, que se preocupa excessivamente com a sua aparência.

mil pessoas desalojadas (QUEIROZ, 2008). Os trabalhadores que antes viviam todos amontoados nas casas de cômodo e cortiços, agora não tinham onde morar:

Todo esse excesso de população não consegue encontrar casa para residir. E a escassez de habitações é de tal ordem que há casas em que chegam a morar duas e até três famílias. Daí portanto todos os males da prosmicuidade com as suas consequências dolorosas de miséria e degeneração física e moral (Correio da Manhã, 21/03/1906).

Não foram, portanto, apenas as demolições que excluíram os trabalhadores do centro do Rio de Janeiro, mas o aumento do preço dos aluguéis nos locais próximos ao mercado de trabalho devido ao processo de valorização da área central com a modernização. Deve-se considerar também o aumento dos impostos devido às reformas, os novos serviços – que tinham custo – que com ela passavam a existir (água, esgoto, iluminação movida à eletricidade), as novas leis sobre o tipo de construções que poderiam ser feitas e que ocupações econômicas podiam existir (BENCHIMOL, 1990). Os operários “não podendo encontrar casas baratas no centro da cidade, procuram habitação nos mais longínquos subúrbios, em Madureira, na Piedade, nos confins de Engenho de Dentro (...)” (Correio da Manhã, 13/06/1907). Os subúrbios já eram procurados desde a década de 1880, de acordo com Vaz (1994, p. 587), pois havia “grande oferta de lotes e podia construir ou autoconstruir sua casa, pois vigorava a ‘liberdade de construção’ (designação de um conjunto de facilidades vigentes)”.

Cabe agora falar um pouco sobre a posição do Correio da Manhã em relação ao governo sobre esse processo, entender o discurso sobre as reformas urbanas e o crescimento das favelas no Rio de Janeiro. O jornal criado em 1901 tinha ampla circulação, e como defensor das oligarquias dissidentes, dava ênfase às questões populares e aos problemas da cidade. O Correio da Manhã dava maior ênfase à informação e às matérias em prol da opinião e dos anúncios, e ganhou, como os muitos jornais da época uma grande importância como fonte documental e agente histórico. Ao mesmo tempo que pode não valorizar devidamente os poderes públicos, mostra uma visão contrária às reformas urbanas apenas como um processo de renovação e embelezamento da cidade (SERAFIM, 2016).

Além disso, o Estado contava com a ajuda de alguns jornais da época, que colocavam a reforma como uma forma de se buscar o ideal de civilização, já que de acordo com a matéria do dia 22 de junho de 1902 do jornal Correio da Manhã “sanear o Rio de Janeiro é a tarefa mais patriótica que um governo bem intencionado pode tomar a si”, sendo necessário remover todos os obstáculos que impedissem a continuidade da administração. Conforme os

problemas habitacionais se agravavam, o Correio da Manhã criticava o governo por não encontrar soluções. O jornal que ora louvava as melhorias na higiene da cidade - passados os momentos de terror que levaram à Revolta da Vacina - como mostra seguinte passagem:

Ora, a revolução higienica porque acabamo de passar, o desaparecimento completo dessas epidemias de febre amarella e da peste bubônica, cujo nome é sufficiente para despertar o terror, as condições de salubridade pública radicalmente melhoradas, as enérgicas e inteligentes medidas prophylaticas postas em prática no Rio de Janeiro – tudo isso é o resultado da corajosa iniciativa e da ação perseverante de um só homem, o dr. Oswaldo Cruz, diretor geral da Saúde Pública (Correio da Manhã, 04/11/1906).

Ao mesmo tempo, passou a criticar algumas das intervenções realizadas pela administração pública durante as reformas, já que a crise habitacional teve um agravamento sem precedentes:

Atravessamos incontestavelmente uma crise de casas, que tem como principal motivo as grandes derrubadas, com as quaes a cidade só teve a lucrar, quer em embelezamento, quer no estado sanitário. A falta de equilíbrio entre o desaparecimento de quarteirões inteiros, que em poucos dias sumiram, e a reconstrução dos prédios, incomparavelmente mais lenta, trouxeram como consequência essa falta lamentável. (...) Muitos se utilizam para exercer uma verdadeira exploração, aliada a inúmeras outras, (...) a elevação dos alugueis a pontos jamais notados entre nós (Correio da Manhã, 06/10/1907).

A solução para o problema de moradia para as classes menos favorecidas do Rio de Janeiro, na época em questão, era antes uma resposta às necessidades impostas pelo processo industrializante então desenvolvido, que uma preocupação com a melhoria na qualidade de vida dessas camadas da população (CARVALHO, 1995). Não se buscou acomodar essa população, que não tinha mais onde morar, e integrá-la à sociedade que vinha se formando. Como uma das únicas respostas à crise habitacional e com o objetivo de tentar manter o operariado próximo às fábricas, Pereira Passos formulou a ideia da construção de vilas operárias (VAZ, 1986). Elas seriam construídas próximas às indústrias, com materiais baratos, e espaços minúsculos reservados para cada família – que não se diferenciava muito das habitações coletivas -, porém com melhores condições de higiene. Quase nenhuma delas foi construída, “uma das poucas foi a Vila Ruy Barbosa, já demolida, composta de 145 casas para famílias e 324 cômodos para celibatários, com banheiros e latrinas comuns” (VAZ, 1994, p. 585). Era uma alternativa à expulsão dos habitantes da área que seria foco das reformas, à medida que criava polos residenciais ao redor do centro, próximo às fábricas. Essa era uma de integração da população excluída ao novo centro urbano buscava fazê-la aderir aos novos

costumes e comportamentos que os levariam ao progresso material, e portanto, a modernização dessa sociedade (AZEVEDO, 2015).

Portanto, as reformas realizadas por Pereira Passos deixavam claro o objetivo de busca do progresso material do Rio de Janeiro através da modernização e embelezamento da cidade. Para isso foram realizadas diversas obras públicas com foco em melhorias sanitárias, estéticas e viárias, através da transformação de ruas estreitas em largas avenidas, que ligassem importantes pontos da cidade e construções para escoamento de água e esgoto, por exemplo. Essas reformas, no entanto, promoveram ao mesmo tempo, principalmente com a remoção dos cortiços, um afastamento das classes populares do centro da cidade, que tiveram que buscar outras áreas para se estabelecer com suas famílias. É a partir de então que ocuparam os subúrbios e o alto dos morros, o que deu origem a uma nova forma de espaço urbano, a ser analisada a seguir: a favela.

CAPÍTULO 2 – Favela e exclusão social

Os morros que passaram a ser ocupados pela população excluída do centro urbano – que construiu habitações igualmente precárias aos antigos cortiços –, serão chamados mais tarde de favelas, e cabe aqui aprofundar o seu conceito e a origem da palavra. O termo “favela” começou a ser usado a partir da segunda metade do século XX, e se refere a aglomerações pobres de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas, mas é só na década de 40 é que o governo passou a se preocupar em recolher dados especificamente sobre as favelas, e só na década de 70 criou um estudo sobre a pobreza urbana (ABREU, 1994). A partir de então, o problema das habitações populares deixou de ser a forma como elas eram construídas – as estalagens, cortiços e casas-de-cômodo – e passou a ser sua localização, no alto dos morros principalmente. Isso gerou um processo de exclusão social, que se mantém até hoje, em que as classes mais pobres, através da demolição dos cortiços e futura valorização dos preços dos aluguéis, foram expulsas do centro da cidade e passaram a se instalar nos subúrbios e nas zonas ao redor do centro, devido à proximidade ao mercado de trabalho. Esse processo que já estava acontecendo havia décadas, foi impulsionado pela onda de reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro no início do século XX. O Prefeito Pereira Passos colocou ainda uma série de restrições sobre as construções em toda a cidade, incluindo os subúrbios, de forma que os preços nessas regiões tornaram-se um pouco elevados. Esse movimento fez com que quem não precisasse de fato residir tão próximo ao centro – e tão próximo ao local de trabalho – buscasse regiões mais distantes, as favelas que vinham se formando no alto dos morros e que já existiam no início do século XX – as mais conhecidas seriam o Morro da Providência e o Morro de Santo Antônio (VAZ, 1994).

Segundo Edésio Fernandes (1999), a definição de favela é dada por um conjunto de residências, comércios, e demais assentamentos humanos que foram estabelecidos por meio da invasão de terras públicas e privadas. Os indivíduos passam a ocupar esses terrenos sem que possuam qualquer título de posse ou propriedade no momento da ocupação. A definição dele vai de encontro, de certa forma, àquelas dadas pelo IBGE e pela ONU. O IBGE no Censo Demográfico de 2010 – publicado em 2011 – define a favela (o que chama de “aglomerado subnormal”) como sendo um conjunto de domicílios que ocupa terreno de propriedade alheia, de forma desordenada e densa, e não possui acesso a serviços públicos básicos. Já a ONU em seu Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (2007), padroniza o termo favela como sendo uma área sem acesso adequado à água potável, sem acesso adequado a

infra-estrutura de saneamento básico, com casas precárias e com materiais de baixa qualidade, e enfatiza a densidade e a insegurança quanto ao status de propriedade.

Não há muita documentação sobre a origem desse tipo de habitação, mas sabe-se que é anterior à reforma urbana, e que não necessariamente teve origem apenas com o retorno dos soldados da Guerra de Canudos, que se estabeleceram no Morro da Providência, próximo ao quartel general do Exército. Sua origem é discutível, pois já em 1897 havia 41 barracos construídos, sendo seus habitantes a grande maioria combatentes da Revolta da Armada e que construíram suas casas com autorização do Coronel Moreira César. Em "1898-1901, um comissário de higiene alertou insistentemente para o crescimento de barracões no morro de Santo Antônio" (ABREU, 1994, p.37). Em 1901, este morro possuía, segundo o prefeito, cerca de 400 barracos construídos.

Figura 5 - Quartel general e o Morro da Providência em 1900



Fonte: Diário do Rio.

A história da favela em Santo Antônio é semelhante a do Morro da Providência: “os praças de outro batalhão, também retornados da campanha de Canudos, que construíram seus barracos com autorização dos chefes militares no morro situado nos fundos do quartel entre as

Ruas” (VAZ, 1994, p. 591). No entanto, foi após o estabelecimento dos soldados que voltavam da Guerra de Canudos em 1897 no que será chamado mais tarde de Morro da Providência, que essa nova composição do espaço urbano – que teria o nome de favela – passou a chamar a atenção do governo. A guerra se deu pois

Neste povoado do interior da Bahia (Canudos) concentravam-se os seguidores de Antônio Conselheiro, o místico que havia conduzido seus adeptos sertanejos a uma revolta messiânica, em evidente reação contras as imposições locais do regime republicano. A revolta eclodiu, transformando-se em confronto de grandes proporções (NEEDEL, 1993, p.36).

Os soldados, após retornarem da batalha, por não terem onde residir e sem assistência do Estado, estabeleceram-se no Morro da Providência. Neste Morro, havia uma planta – um tipo de arbusto rasteiro, da família Euphorbiaceae - chamada favella, e por causa dele o morro foi apelidado de Morro da Favella, que se tornou uma referência para o conjunto de habitações com características semelhantes. O nome de um morro específico – como se pode ver inclusive pela letra maiúscula usada na palavra – deu nome aos demais. A Favela, portanto, teve origem, como está escrito no livro de 1941 de de Dias da Cruz (apud OLIVEIRA e MARCIER, 1998, p.65), quando:

Terminara a luta na Bahia. Regressavam as tropas (...). Muitos soldados vieram acompanhados de suas “cabrochas”. Eles tiveram que arranjar moradas. (...) As cabrochas eram naturais de uma serra chamada Favela, no município de Monte Santo, naquele estado. Falavam muito, sempre da sua Bahia, do seu morro. E ficou a Favela nos morros cariocas. Primeiro, na aba da Providência, morro em que já morava uma numerosa população; depois foi subindo, virou para o outro lado, para o Livramento. Nascera a favela, 1897.

No entanto, como explica Abreu (1994, p.34) até a década de 1930, “a favela existe de facto mas não de jure. Está, portanto, presente no tecido urbano, mas ausente das estatísticas e dos mapas da cidade; não é individualizada pelos recenseamentos. É considerada uma solução habitacional provisória e ilegal, razão pela qual não faz sentido mensurá-la. Para os poderes públicos, as favelas simplesmente não existiam”. O uso da palavra “favela” às vezes toma o sentido de algo específico e às vezes de genérico, como se pode ver nas canções de 1920, e “era inevitável, entretanto, que as aglomerações de barracos que surgiram em outros morro da cidade logo passassem a ser comparados ao "modelo original", de F maiúsculo” (ABREU, 1994, p.40). Com o que foi visto até agora, pode-se supor que o que Abreu chama de “modelo original” seria a o famoso Morro da Providência – que ficou conhecido como Morro da

Favela –, que remonta sua origem a 1897 e cederá o uso do nome ‘favela’ aos morros semelhantes. É só na década de 60, no entanto, que a palavra favela se efetivará como substantivo na música popular brasileira. Foram realizadas nesse período e em anos anterior a 1960, inúmeras composições brasileira a respeito da favela, com enfoque no Rio de Janeiro mas abrangendo também outras regiões do país, em que alguns autores buscaram reconstituir, por meio da MPB e outros ritmos, a origem da palavra favela, o que se fez com que a música se tornasse uma das grandes fontes documentais sobre o tema.

Ao mesmo tempo que muitas canções explicitam o processo de ocupação de terrenos abandonados ou aparentemente sem proprietário – muitos deles pertenciam ao governo – nos morros, muitas delas também colocam em questão o drama das desocupações e demolições. (OLIVEIRA; MARCIER, 1998). Essas duas realidades estão nas canções – ambas citadas por Oliveira e Marcier (1998, p.76) – Barraca de tábuas (1952) de Herivelto Martins e Vítor Simon: “O morro era presente de Deus / Vivia no abandono / Agora morro tem dono / Adeus, Salgueiro, adeus / Desço a ladeira chorando / Sem ter a quem reclamar / Se o morro é um presente do céu / Deus não tem imposto a cobrar”. E naquela – Morro de Santo Antônio (1950) – de Benedito Lacerda e Herivelto Martins, que reafirma a visão da favela como espaço urbano composto pelos pobres, assim como os cortiços eram no fim do século XIX:

Seu dotô não bote abaixo / Tem pena do meu barracão / Quem é rico se atrapalha / Pra arranjar onde morar / Quanto mais eu que sou pobre / Como vou me arrumar / Pra me mudar / Seu dotô me compreende / O progresso é necessário / Mas seu dotô / Pense um pouco no operário / Meu barracão é todo meu patrimônio / Por favor não bote abaixo / O morro de Santo Antônio.

Por fim, “mesmo antes de ser ‘favela’, a favela foi morro no Rio, e que sua expansão na malha urbana foi fundamentalmente ocupada pela ocupação dos novos morros e/ou adensamento dos antigos” (OLIVEIRA; MARCIER, 1998, p.71). A falta de habitações e o alto custo dos transportes, que impedia os trabalhadores de morarem em lugares afastados e irem ao trabalho todos os dias, provocaram o crescimento desse tipo de moradia nas encostas e alto dos morros, ampliando um problema econômico social que predomina até hoje. As reformas urbanas (1902-1906), principalmente com as demolições e despejos, no entanto, vieram intensificar o processo de deslocamento da população que vivia nas áreas centrais da cidade para a região dos morros, que passaram a ser chamadas de favelas. O caráter provisório desse tipo de habitação, chamavam a atenção dos higienistas aos morros de Santo Antônio e da Providência, os primeiros morros que passaram a ser habitados por barracos e

outros tipos de moradia fora da legalidade do Estado – antes mesmo das reformas do prefeito Pereira Passos. Antes mesmo das reformas urbanas realizadas pelo Prefeito Pereira Passos, o governo já havia retomado seu poderio sobre as demolições e exigiu a remoção do morro de Santo Antônio. Durante as reformas, no entanto, a favela do morro de Santo Antônio retoma seu lugar original (ABREU, 1994), e só seu desmonte só se deu de fato em 1950-60. Suas ruas e sua arquitetura será descrita mais tarde por João do Rio:

[As casas] todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas de Flandres, taquaras. A grande artéria da urbs era precisamente a que nós atravessávamos. Dessa, partiam várias ruas estreitas, caminhos curtos para casinhotos oscilantes, trepados uns por cima dos outros. Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida na entrada do arraial de Canudos, ou a funambulesca idéia de um vasto galinheiro multiforme (RIO, 1911, p. 147).

A favela começava a se mostrar não só como um espaço desordenado, lotado de casebres fora da legislação do Estado, mas como o local de moradia das classes mais pobres dessa sociedade, e abrigo da pobreza extrema. É importante notar, no entanto, que “(...) o morro detém uma posição estratégica. Localizado sobre a cidade, que fica embaixo, goza de uma situação privilegiada em termos de logística. Isolado, oculta de quem olha de baixo o que se passa em cima” (VALLADARES, 2000, p.11). Essa nova forma de espaço urbano, portanto, ficou afastada da ação do Estado – sobre infra-estrutura e transportes, por exemplo – e afastada das atividades do centro da cidade. Mas ao mesmo tempo criou longe dele sua própria comunidade e suas próprias atividades. As favelas se apresentavam não só como um parte do espaço urbano, mas como um conjunto de manifestações e convívio social, e era cada vez mais representada

Como um formigueiro humano congestionado e imundo. Mulheres andam de um lado para outro carregando grandes latas de água na cabeça ou se aglomeram ao redor da bica de água que serve a comunidade, lavando roupa. Homens ficam nos bares conversando ou jogando carta, aparentemente sem nada pra fazer. Crianças nuas brincam na terra e na lama (PERLMAN, 1981, p. 40).

Os “favelados”, por outro lado, de acordo com o Perlman (1981) ajudaram de certa forma a perpetuar o sistema capitalista e incentivar a acumulação, visto que aceitavam salários mais baixos e ocupavam as posições mais inferiores no mercado de trabalho, o que diminuía o custo de reprodução do trabalhador. Além disso, eles vão ocupar o espaço social das classes inferiores que nas décadas precedentes habitavam os cortiços no centro da cidade:

tornaram-se, aos olhos da sociedade, os responsáveis por todos os problemas dessa sociedade e por espalhar os crimes e maus costumes (PERLMAN, 1981). Ao mesmo tempo, a favela possibilita a integração das classes inferiores à sociedade, em que a vizinhança torna-se uma forma de relação. Na ausência de qualquer assistência social, facilidade de transportes e condições de infra-estrutura por parte do governo cria, paralelamente à legalidade, uma comunidade no alto dos morros, onde

Se pode contar para com amigos e vizinhos para favores recíprocos; sempre existe alguém com quem deixar as crianças; há um vizinho com geladeira, onde o leite do bebê pode ser conservado fresco no verão; alguém tem uma máquina de costura de conserto rápido. Além disso, é possível comprar mantimentos a crédito nos comerciantes locais (...) (PERLMAN, 1981, p. 236).

O excerto descreve bem o dia-a-dia dos habitantes dos morros, que moram distante das atividades urbanas e do fornecimento de serviços públicos, e encontram nos vizinhos e amigos moradores do morro, uma forma de suprir algumas de suas necessidades. Foi formando, portanto, uma comunidade, em que os habitantes do que seria a “favela” realizavam suas atividades independentemente das áreas centrais, formavam seu próprio comércio, criavam novos empregos dentro dessa comunidade, seja em produção ou serviços. Então, vê-se que essa população excluída do centro da cidade, e considerada pelos ideais higienistas e pelo próprio governo como pertencente a “classes perigosas” (CHALHOUB, 1996), criou um novo espaço urbano, este que vai existir paralelamente às áreas modernizadas pela reforma.

É necessário, portanto, analisar de que forma esse processo de exclusão social e ampliação das contradições já existentes foi influenciado pelas reformas ocorridas durante o governo Pereira Passos, já que a cidade que era mal arejada, com ruas e becos estreitos, com má circulação de carros e pessoas, com um centro superlotado, com muitos vendedores ambulantes, foi adquirindo novas e distintas características. No entanto, assim como as reformas urbanas de Pereira Passos possibilitaram a modernização do centro da cidade – a criação dos bulevares e do Teatro Municipal, formou um novo padrão arquitetônico e atraiu as classes abastadas a realizarem suas atividades na área central –, criou a periferia, nas encostas e nos morros, o que será chamado mais tarde de favelas. Isso ocorreu pois

Expulsos do centro e impedidos de se assentar até nos locais mais distantes e mais econômicos, os pobres encontraram outra opção na ocupação de morros vazios nas proximidades do centro. A autoconstrução com materiais

precários sobre terrenos de propriedade incerta se difundiu rapidamente e a favela começou a fazer notar a paisagem da cidade (VAZ, 1994, p. 588).

As favelas, que ocuparam o lugar dos cortiços como “espaços de perigo” (CHALHOUB, 1996), emergiram devido à falta de habitações próximas ao mercado de trabalho e a débil malha de transportes urbana, que impossibilitava os operários a chegarem às fábricas. Pela necessidade de se localizar próximo aos centros produtores, esses trabalhadores buscaram regiões próximas às indústrias, onde os morros por possuírem terrenos desocupados – não necessariamente sem proprietários – tornavam-se a melhor opção. Ao mesmo tempo que a favela era composta por trabalhadores, que foram expulsos de seus locais de moradia com as demolições, passou a ser vista como local de classes perigosas, que abrigava criminosos, vadios, desordeiros, e os piores indivíduos dessa sociedade (RIBEIRO, 1997). Nas palavras de João do Rio (1911, p. 152), enquanto olhava de cima o Morro de Santo Antônio, tinha uma

(...) Visão dos casinhotos e das caras daquele povo vigoroso, refestelado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção inédita de um acampamento de indolência, livre de todas as leis.

Paralelo a esse processo de favelização ocorreu a verticalização, com objetivos e motivos diametralmente opostos. O problema de habitação se manteve ao longo do século XX, e se tornou necessário acomodar as camadas médias da sociedade, o que foi resolvido com o início da verticalização do Rio de Janeiro, criando edifícios de apartamentos, símbolo da modernização e representante do novo padrão arquitetônico da cidade. Diferente dos cortiços, aqueles se localizavam em áreas nobres, “nos trechos modernos da orgulhosa capital federal: num dos extremos da Avenida Central e no salubre arrabalde de Copacabana” (VAZ, 1994, p. 593). Eram feitos com materiais de qualidade, e seriam habitados por uma classe social ascendente. Nada deixaria mais clara as prioridades do governo, a exclusão social e a diferenciação do espaço urbano que esses dois processos que se expandiam paralelamente na região do Rio de Janeiro. A presença de edifícios de apartamentos já era vista desde o início no século XX, mas é só na segunda metade do século XX, que o Código de Obras incorporou esse modelo e o colocou como padrão (VAZ, 1994).

A contraposição dos processos de favelização que ocorre nos morros e a verticalização por meio de edifícios de apartamentos na área central da cidade, mostra-se como outra face do processo de restauração do centro do Rio de Janeiro. A exclusão social e fuga das pessoas

desabrigadas para o alto dos morros, principalmente devido às grandes demolições, ocorreu sem a busca do governo em acomodar essa população. No entanto, para acomodar as camadas médias no centro da cidade, iniciou-se um processo de verticalização através da construção de edifícios de apartamentos, permitidos pelo governo, na busca de manter essa parcela da população próxima ao centro da cidade. Isso demonstra mais uma vez contradição já existente, acentuada pelas reformas Pereira Passos, entre a modernização da cidade, e a criação de uma periferia e uma parcela da população a margem das atividades do centro. Como bem colocaram os professores Antonio Edmilson Martins Rodrigues e Juliana Oakim Bandeira de Mello em seu artigo “As Reformas Urbanas na cidade do Rio de Janeiro, uma história de contrastes”, publicado em 2015:

Se de um lado, criou-se uma imagem da cidade do progresso, da capitalização, que protege e garante a riqueza e que pode conter todas as imagens da modernidade parisiense, de outro se tem uma cidade da miséria e das estratégias de sobrevivência, que também protege, mas não garante a sobrevivência e que, no final, mostra que a rua acaba na prisão.

As reformas Pereira Passos representam a primeira intervenção estatal – ao menos envolvendo uma área tão grande da cidade – sobre o Rio de Janeiro, atendendo às exigências da acumulação capitalista. Elas proporcionaram a criação de um novo padrão arquitetônico para a cidade, trouxeram novos costumes, novas atividades urbanas, promoveram a valorização dos terrenos no centro da cidade, e buscaram criar uma nova forma de organização social em busca de remover os resquícios coloniais da sociedade. Os ganhos da modernização da cidade, como aconteceu em diversos países subdesenvolvidos que passaram pelo mesmo processo, não se estenderam a toda a população, favorecendo e enfatizando uma exclusão social que era latente, a diferenciação dos espaços urbano, e dos novos meios de consumo. As camadas média e alta foram quem se beneficiaram do “novo Rio de Janeiro”, dos cafés, dos boulevares e do novo padrão de costume importado da Europa. Paradigmas culturais derivados das elites europeias da *Bella Époque* foram adaptados ao meio carioca com esta finalidade, sendo antigos hábitos abandonados e novos hábitos inseridos com a modernização e surgimentos de novos espaços de convívio social. Com isso, houve uma marginalização de parcela da sociedade, que expressa justamente o modelo de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) pelo que passou o Brasil. O mercado de trabalho em crescimento não foi capaz de absorver toda a mão de obra excedente – dada pelas grandes migrações para as cidades – e a principal ferramenta do governo foi a exclusão de setores da população e a concentração de poder político e econômico na mão de outros. Isso promoveu

paralelamente ao fortalecimento das classes abastadas, a formação de espaços no alto dos morros, colocando parcela da população – pertencente as classes inferiores – na periferia da cidade e ausente das atividades urbanas. (PERLMAN, 1981).

Conclusão

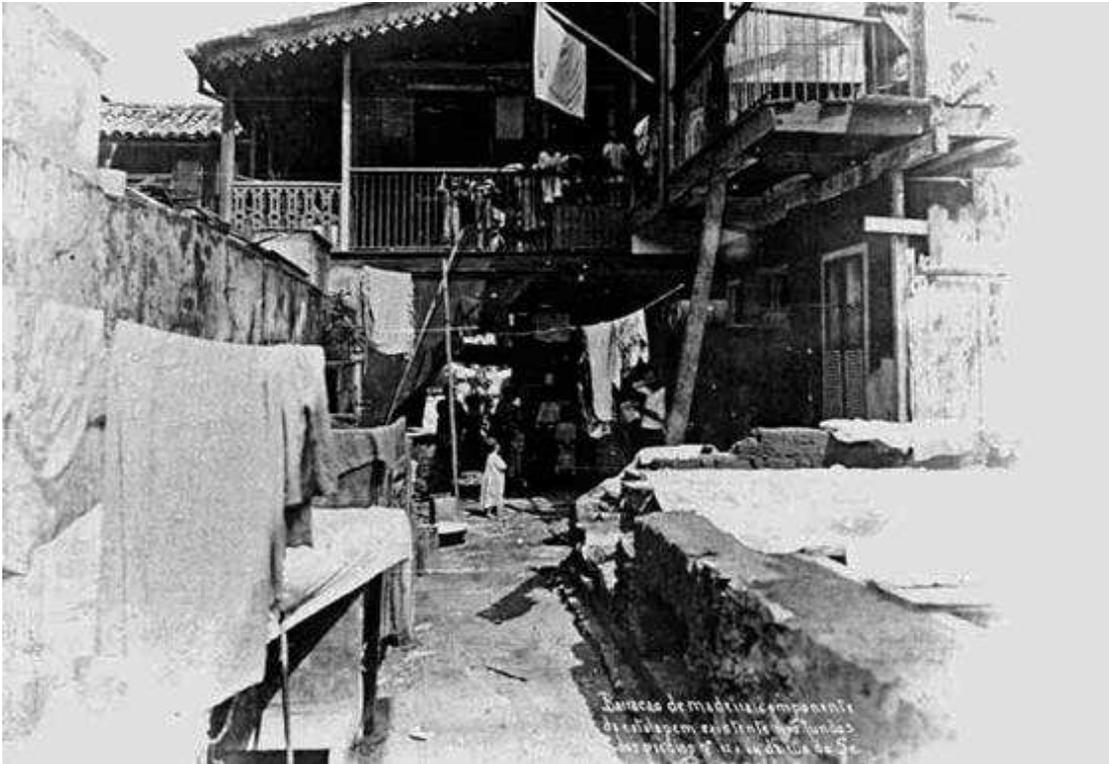
As políticas urbanas, que na época analisada, irão justificar as reformas de Pereira Passos, dão-se na forma de uma intervenção estatal que age diretamente sobre as forças produtivas, e a reprodução do capital. Isso ocorre a medida que é na cidade que ocorre o processo de acumulação capitalista e ela se faz necessária para esse modo de produção (SINGER, 1973). Nas cidades, através principalmente do aluguel de imóveis – sendo o aluguel de cômodos em habitação popular tema central deste trabalho – têm-se os rentistas urbanos e os capitalistas, que através da contratação de trabalhadores, produzem bens e reproduzem seu capital. Passa a haver migrações internas e externas, em busca de trabalho nos grandes centros, intensificando o crescimento das cidades. As políticas urbanas atuam em busca de organizar a cidade, seja por meio de leis, reformas ou construções.

As reformas urbanas de Pereira Passos foram parte de uma política urbana com objetivo de renovação da cidade, buscando eliminar as contradições entre o novo Rio de Janeiro formado com a República, e o Rio de Janeiro colonial que teve fim em 1822 com a independência. As reformas realizadas no período de 1902-1906, no entanto, não diminuíram as contradições existentes, pelo contrário, elas acentuaram o processo de “dissociação do equipamento urbano, de acordo com seu grau de rentabilidade e de utilidade imediata para o capital” (LOJKINE, 1981, p. 171) e segregação social. Isto se dá através da geração de desigualdades, primeiramente pois a acumulação de capital necessita do processo de diferenciação social, em que são os capitalistas que detém os meios de produção e os trabalhadores são obrigados a vender a sua força de trabalho para conseguir meios de sobrevivência. Desta forma, as reformas Pereira Passos se, por um lado, possibilitaram uma transformação do espaço urbano em prol da renovação urbana e do embelezamento da cidade, de outro criaram novas contradições, desabrigando e removendo as classes mais pobres das áreas centrais da cidade, fazendo com que fosse criada uma nova forma de espaço urbano, a favela (ABREU, 1997).

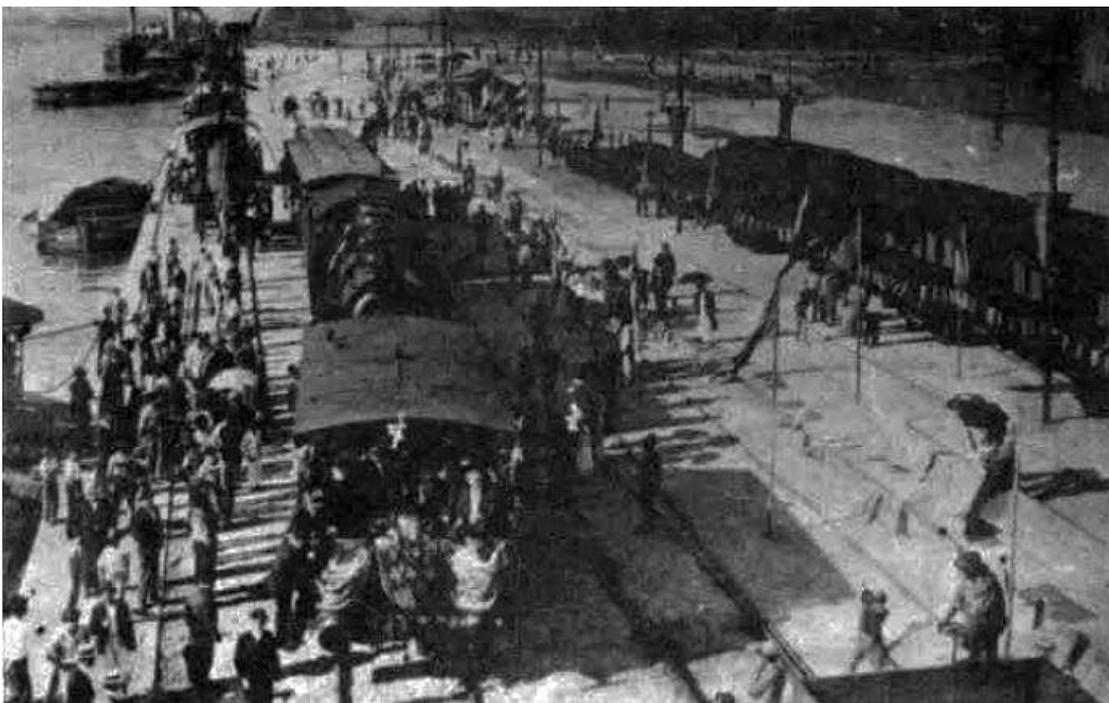
A tese central deste trabalho foi, portanto, revelar as transformações urbanas por trás da modernidade trazida pelas Reformas Pereira Passos, contrapondo os boulevares, teatros, avenidas largas, o novo porto, o novo estilo de vida das pessoas e da cidade – inspirado na *Bella Époque* francesa – ao cenário de pobreza e ausência do Estado que foi sendo criado à margem dessa nova sociedade. Após expor a realidade do Rio de Janeiro à época, buscou-se mostrar que as demolições dos casebres no centro da cidade no fim do século XIX e início do século XX, que se intensificaram durante as reformas Pereira Passos, não só mantiveram mas

ampliaram as contradições já existentes. As reformas conseguiram, como era pretendido, a retirada dos resquícios coloniais, e a modernização da cidade do Rio de Janeiro. Isso foi feito através da construção de ruas e avenidas, do calçamento, da melhoria na iluminação, da construção do porto – obra esta realizada pelo Governo Federal –, da construção do Teatro Municipal, dos boulevares, das condições de higiene e saneamento e por meio da demolição das habitações populares. Vistas como foco de doenças e epidemias, local com ausência de higiene, com fachadas coloniais, e residência das camadas mais rebaixadas dessa sociedade, iniciou-se uma ordem de retirada dessas habitações do centro do Rio de Janeiro por meio do “Bota-abaixo”. À medida que deixaram desabrigada grande parte da população trabalhadora, as demolições promoveram o êxodo dessa população em direção aos subúrbios e morros da cidade. Nestes morros, longe do olhar do Estado e de onde se construíam casas com restos da demolição e em terrenos sem títulos de propriedade, foi se criando uma comunidade e dando origem àquilo que hoje é chamado de favela.

ANEXOS

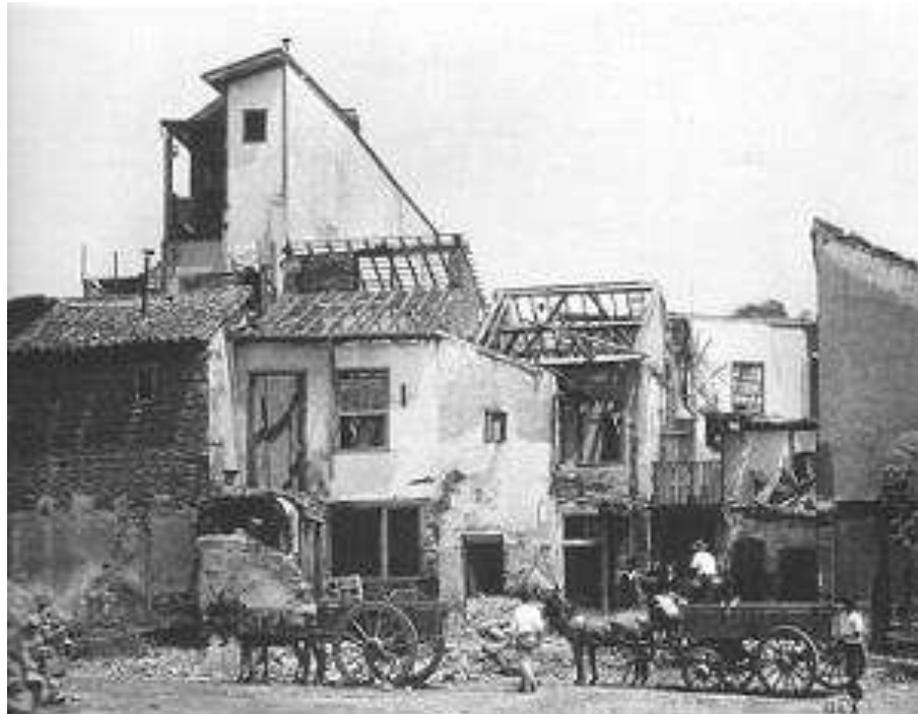
Figura 6 – Cortiço no centro do Rio de Janeiro

Fonte: MultiRio

Figura 7 - Inauguração dos primeiros 500 metros de cais (1906)

Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro apud MultiRio.

Figura 8 – O “Bota-abaixo” no Rio de Janeiro



O Bota-Abaixo quis dar nova feição ao Centro do Rio

Fonte: PIMENTEL – MultiRio.

Figura 9 – Abertura da Avenida Central (1904)



A abertura da Avenida Central (atual Rio Branco). À esquerda, o Morro do Castelo, demolido para a conclusão da obra

Fonte: PIMENTEL – MultiRio.

Figura 10 – Obra da Avenida Central finalizada



Fonte: Jornal do Brasil

Figura 11 – Crianças nas ruas da favela (1914)

Crianças brincando e
trabalhando como
ambulantes nas ruas da
favela, no morro de Santo
Antônio, 3.3.1914
Augusto Malta



Fonte: KOK, 2005

Figura 12 – Superlotação e péssimas condições sanitária de um cortiço (1906)

Superlotação e péssimas condições sanitárias em um cortiço. Estalagem com entrada pelo número 47. Visconde do Rio Branco, c. 1906
Augusto Malta



Fonte: KOK, 2005

Figura 13 – Obras de saneamento e remodelação das ruas – Rua Carioca (1906)



A modernização do Rio com a construção de uma "outra" cidade: obras de saneamento e remodelação das ruas (ao lado; abaixo, detalhe). Rua da Carioca, 31.1.1906
Augusto Malta

Fonte: KOK, 2005

Figura 14 - As primeiras casas construídas no Morro da Providência (Foto de 1905)



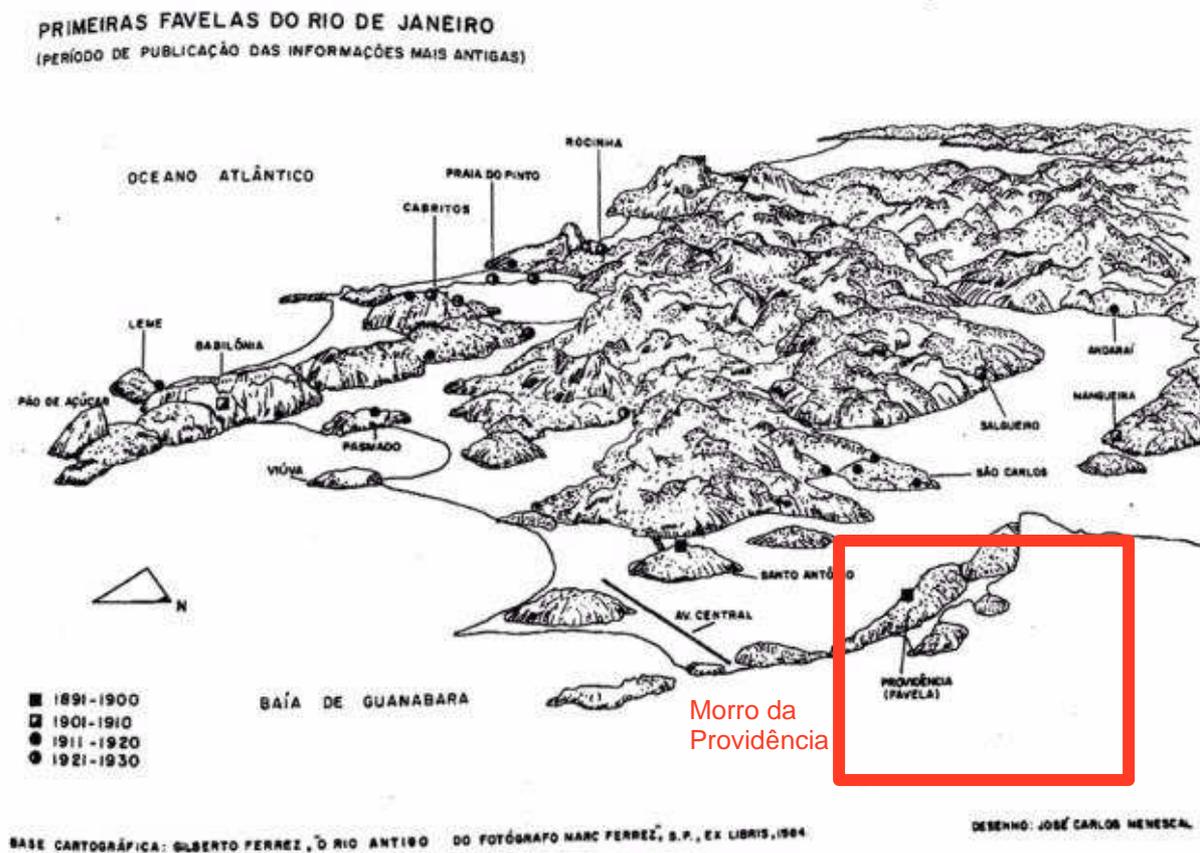
Fonte: Diário do Rio.

Figura 15 - Boulevard Haussmann em Paris (depois das reformas)



Fonte: MultiRio.

Figura 16 – Primeiras favelas do Rio de Janeiro



Fonte: Abreu, 1994

FONTES

A Notícia (Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital)

BARREIROS, Eduardo Canabrava. Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro – 1565-1965. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.

Correio da Manhã. 1906. (Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital)

DIÁRIO DO RIO. <<https://diariodorio.com/historia-do-morro-da-providencia/>>. Acesso em: 26 de junho de 2018.

Gazeta de Notícias, 1892 (Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital)

Habitações Populares. Relatórios apresentados ao Exmo. Sr. J.J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. (Arquivo Nacional).

IBGE. **Censo Demográfico 2010, primeiros resultados: aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro, 2011.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: Grupo Jornal do Brasil, [1891?]-. Diário. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2015/11/14/pereira-passos-carlos-lacerda-e-eduardo-paes-obras-para-a-historia-do-rio/>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

MULTIRIO. Disponível em: <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/66-o-rio-de-janeiro-como-distrito-federal-vitrine-cartao-postal-e-palco-da-politica-nacional/2914-o-bota-abaixo-as-criticas-e-os-criticos>>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

MULTIRIO. Disponível em: <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/66-o-rio-de-janeiro-como-distrito-federal-vitrine-cartao-postal-e-palco-da-politica-nacional/2911-administracao-pereira-passos-o-bota-abaixo>>. Acesso em: 29 de junho de 2018.

PASSOS, Francisco Pereira. Notas de viagem. Cartas a um amigo. Rio de Janeiro: Olímpio de Campos e C., 1913.

PASSOS, Francisco Pereira et al. Primeiro e Segundo Relatórios da Comissão de Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

PIMENTEL, Márcia. O Cemitério Europeu virou Cidade Maravilhosa. Disponível em: < <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/469-rio-de-passos-de-tumulo-de-europeu-a-cidade-maravilhosa>>. Acesso em 19 de junho de 2018.

PREFEITURA do Distrito Federal. Melhoramentos da cidade projetados pelo Prefeito do Distrito Federal, Dr. Francisco Pereira Passos. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1903. PREFEITURA do Distrito Federal. Mensagens do Prefeito do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Typografia da Gazeta de Notícias, 1903-1906. 7v.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Mensagem do Prefeito do Districto Federal lida na sessão do Conselho Municipal de 1º de Setembro de 1903. Rio de Janeiro: Typographia da “Gazeta de Noticias”, 1903.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Melhoramentos da cidade projectados pelo Prefeito do Distrito Federal Dr. Francisco Pereira Passos. Rio de Janeiro: Gazeta de Noticias, 1903.

PREFEITURA do Distrito Federal. Nove Mensagens Presidenciais (1890/1910). Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1978.

RIO, João do. Os livres acampamentos da miséria. In: **Vida Vertiginosa**. Rio de Janeiro: H. Garnier. Livreiro Editor, 1911. p. 141-152.

THEATRO MUNICIPAL. < <http://www.theatromunicipal.rj.gov.br/sobre/historia/>> . Acesso em: 26 de junho de 2018.

United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT). **Twenty First Session of the Governing Council**. What are Slums?. Nairobi, 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar/IPLAMRIO, 1997.

ARIÈS, P. Por uma história da vida privada. In ARIÈS, P. e CHARTIER, R., **História da Vida Privada**, vol 3, p. 9-27. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2009.

ATHAYDE, Raimundo. **Pereira Passos. Reformador do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: A Noite, 1948.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

AZEVEDO, André N. Reforma urbana do Rio de Janeiro pelo Presidente Rodrigues Alves: o progresso como forma de legitimação política. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011.

_____. A Reforma Pereira Passos: Uma tentativa de integração conservadora. **Tempos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 151-183, 2015.

_____. A Reforma Pereira Passos: Uma tentativa de integração urbana. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 39-79, maio-ago. 2003.

BACKEUSER, E. **Habitações Populares**. Relatório apresentado ao exmo. Sr. Dr. J.J.Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

CANTISANO, Pedro J. Direito, propriedade e reformas urbanas: Rio de Janeiro, 1903-1906. **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 401-420, mai-ago. 2016.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Lia de Aquino. **A era das demolições**: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos**: uma

cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

FERNANDES, Edésio. A regularização de favelas no Brasil: problemas e perspectivas. In: SAULE JR, Nelson (Coord). **Direito à cidade:** trilhas legais para o direito às cidades sustentáveis. São Paulo: Max Limonad, 1999, p. 127-156.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto:** Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GOMES, Laurentino. **1808:** como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

KOK, Glória. **Rio de Janeiro na época da Av. Central.** São Paulo: Bei Comunicação, 2005.

LOBO, Eulália. M. L. **Imigração portuguesa no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2001.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** 1ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARTINS, Roberto A.; MARTINS, Lilian A.-C. Pereira; FERREIRA, Renata R.; TOLEDO, Maria Cristina F. **Contágio:** história da prevenção das doenças transmissíveis. São Paulo: Moderna, 1997.

MEADE, Teresa. **“Civilizing” Rio:** reform and resistance in a Brazilian city, 1889-1930. University Park: Penn State, 1997.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical:** Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Carla Mary S. O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.3, p. 149-168, 2009.

OLIVEIRA, Jane Souto de e MARCIER, Maria Hortense. (1998), “A palavra é: favela”, in A. Zaluar e M. Alvito (orgs.), **Um século de favela**, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas. PARISSE, Lucien.

OLIVEIRA, Milena F. A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina: uma primeira aproximação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n.2, p. 167-184, nov. 2014.

PAOLI, Paula S. de. Uma outra cultura de edificar: a produção da nova arquitetura no Rio de Janeiro das reformas urbanas de Pereira Passos (1902-1906). **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.7, p. 15-44, 2013.

PECHMAN, Sergio & FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. **Revista Brasileira de História**, Rio de Janeiro, n. 8/9, 1985.

PEREIRA, Sônia Gomes. **A Reforma Urbana de Pereira Passos e a Construção da Identidade Carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 1992.

PERLMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

QUEIROZ, Eneida Q. **Justiça Sanitária: Cidadãos e Judiciário nas reformas urbana e sanitária – Rio de Janeiro (1904-1914)**. Dissertação (Mestrado em História Social)- UFF. Niterói, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro 1870-1920**, Biblioteca Carioca, 1995.

RODRIGUES, Antonio E. M.; MELLO, Juliana O. B. As reformas urbanas na cidade do rio de janeiro, uma história de contrastes. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 19-53, jan-jun. 2015.

SERAFIM, Rafael dos Santos. Reformas urbanas e crescimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma leitura do jornal do Correio da Manhã no ano de 1906. In: **XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO**, 15, 2016, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2016.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

VALLADARES, Lícia do Prado. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 15, n. 44, out. 2000.

VAZ, Lilian F. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular**. As habitações coletivas no Rio antigo. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1985. Dissertação de mestrado. (mimeo)

_____. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, Rio de Janeiro, vol. 127, p. 581-597, 1994.

ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos. **Um Século de Favela**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.